



PUC
CAMPINAS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA

ISSN 1415-1650

Faculdade de Serviço Social

Ano XV Nº 28
Campinas 2006

**CADERNOS DE
SERVIÇO SOCIAL**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

GRÃO-CHANCELER

Dom Bruno Gamberini

MAGNÍFICO REITOR

Prof. Pe. Wilson Denadai

VICE-REITORA

Prof^ª Angela de Mendonça Engelbrecht

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

Prof. Germano Rigacci Júnior

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Prof^ª Vera Engler Cury

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS

Prof. Paulo de Tarso Barbosa Duarte

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Prof. Marco Antonio Carnio

DIRETORA DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Prof^ª Vera Lúcia de Carvalho Machado

DIRETORA DA FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

Prof^ª Vânia Maria Caio

COORDENADORA DO CONSELHO EDITORIAL

Prof^ª Sandra Corrêa Forster Joanini

MEMBROS DO CONSELHO EDITORIAL

Prof^ª Eidinê Corsi de Arias PUC-CAMPINAS

Prof^ª Jeanete Liasch Martins de Sá PUC-CAMPINAS

Prof^ª Helena Al. Sousa Silva - PUC-Campinas

Prof^ª Maria Carmen Teixeira Fernandes PUC-CAMPINAS

Prof^ª Maria de Fátima Campos Françoso UNICAMP

Prof^ª Mathilde Andery Burlamaqui da Silva PUC-CAMPINAS

Prof^ª Mirian Faury PUC-CAMPINAS

Prof^ª Patrícia Vieira Trópia PUC-CAMPINAS

Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Faculdade de Serviço Social

CADERNOS DE
SERVIÇO SOCIAL

ÍNDICE

| | |
|---|----|
| Editorial | 5 |
| Relação profissional-usuário na área da saúde: aspectos da humanização | 7 |
| Juliana Cristina Fernandes | |
| Priscila Helena Rubin Ferreira | |
| Maria de Fátima de Campos França | |
| Percepções do trabalhador sobre emprego e trabalho cooperativado | 17 |
| Maria da Penha Costa Vasconcellos | |
| Sergio Nagib Sabbag | |
| O conselho municipal de desenvolvimento rural de Campinas e o grupo de desenvolvimento rural sustentável: aproximações e divergências | 33 |
| Vera Lúcia Graziano da Silva Rodrigues | |
| Novas demandas, novos tempos. O papel do Serviço Social nas organizações contemporâneas | 53 |
| Reginaldo Guiraldelli | |
| Sociodramas com as famílias e os adolescentes autores de ato infracional: intervenção e pesquisa | 73 |
| Maria Lúcia Rodrigues | |
| Fátima Cristina Costa Fontes | |

EDITORIAL

A publicação deste número da Revista Cadernos de Serviço Social, traz-nos a satisfação de divulgar temas sociais do interesse da categoria que, neste ano, comemora os 70 anos da profissão de assistente social.

O primeiro artigo aborda o tema humanização na área da saúde no enfoque das relações interpessoais.

Na seqüência, os resultados de uma pesquisa com grupos de trabalhadores de cooperativas de reciclagem como alternativa de trabalho e geração de renda.

O artigo terceiro relata um estudo sobre a atuação de duas entidades na região rural de Campinas.

O próximo tema contempla a gênese do serviço social na sua trajetória histórica e a inserção do assistente social nas organizações contemporâneas.

Por último, a experiência do trabalho com famílias de adolescentes em conflitos com a lei na perspectiva de alterar o curso do trajeto infracional.

Concluindo, podemos afirmar que, neste ano de inúmeras comemorações pelas lutas e conquistas da profissão, procuramos contribuir, também, com esta coletânea significativa de artigos do interesse da comunidade profissional.

Profª Sandra Corrêa Forster Joanini
Coordenadora do Conselho Editorial

RELAÇÃO PROFISSIONAL-USUÁRIO NA ÁREA DA SAÚDE: ASPECTOS DA HUMANIZAÇÃO

Juliana Cristina FERNANDES¹
Priscila Helena Rubin FERREIRA²
Maria de Fátima de Campos FRANÇOZO³

RESUMO

Este trabalho discute o tema da humanização nos atendimentos na área da saúde. Humanização é entendida aqui como a valorização da subjetividade do indivíduo, considerando sua história, suas vivências não somente nas relações profissional-usuário, mas também nas relações profissional-profissional, profissional-equipe. Subjetividade que abrange a dimensão psico-social do ser humano e que nos transforma em seres únicos, com necessidades e desejos singulares. Discute, no contexto da humanização, a questão do acolhimento e de mecanismos mentais presentes nas relações interpessoais – sejam elas pessoais ou profissionais. Apresenta, como exemplo, a experiência prática do Serviço Social desenvolvida no Centro de Estudos e Pesquisas em Reabilitação Prof. Dr. Gabriel Porto (CEPRE), da Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP. O Serviço Social por ser uma profissão que trabalha

¹ Assistente social, aluna do curso de Mestrado em Enfermagem, Faculdade de Ciências Médicas, Unicamp.

² Assistente social, aluna do Programa de Aprimoramento "Serviço Social e Reabilitação em Saúde" (CEPRE) em 2004, Faculdade de Ciências Médicas, Unicamp.

³ Assistente social, Profa Dra do CEPRE e do Curso de Fonoaudiologia, Faculdade de Ciências Médicas, Unicamp.

diretamente com o ser humano em suas expressões sociais e individuais não pode distanciar-se do tema da humanização como parte fundamental de seus atendimentos.

Palavras-chave: humanização, saúde, serviço social.

ASPECTOS DA HUMANIZAÇÃO EM ATENDIMENTOS DE SAÚDE

Entendemos por humanização no atendimento a valorização da subjetividade⁴ do indivíduo, considerando sua história, suas vivências, suas condições de vida. A humanização deve acontecer não somente nas relações profissional-usuário, mas também nas relações profissional-profissional, profissional-equipe, abrangendo os aspectos psicossociais que nos transformam em seres únicos, com necessidades e desejos singulares, específicos.

Para MARTINS & NOGUEIRA-MARTINS (2003), a humanização é um processo amplo, demorado e complexo, que pode se deparar com resistências, pois envolve mudanças de comportamento, que sempre despertam receio e medo. Muitas vezes, os padrões conhecidos de atendimento parecem ser mais seguros; além disso, os novos não estão prontos em livros, não tendo características generalizáveis, pois cada profissional, cada equipe, cada instituição terá seu processo singular de humanização. Ou seja, a humanização pode demandar cuidado, flexibilidade, e perseverança dos profissionais, ao exigir mudanças de postura e maior entendimento dos inúmeros fatores que conturbam os processos de tratamento e relacionamento profissional-usuário.

Segundo ZOBOLI *et al.* (2001), humanizar significa “observar cada pessoa e cada família em sua singularidade, em suas necessidades específicas, com sua história particular, com seus valores, crenças e desejos, ampliando as possibilidades para que possam exercer sua autonomia”.

A autonomia do indivíduo transcende a questão do respeito profissional-usuário e deve possibilitar ao profissional ser capaz de

⁴Subjetividade entendida como o aspecto mental, complexo e único de cada ser humano. É a maneira pela qual o sujeito vê e atribui significados ao mundo. A subjetividade é construída nas relações do cotidiano, dos relacionamentos afetivos e do contexto sócio-histórico em que o sujeito está inserido.

aceitar e acatar o direito do usuário de ter opiniões próprias, tomadas de acordo com seus valores e crenças mesmo que, muitas vezes, suas opiniões discordem das indicações técnicas. Nesta relação o respeito torna-se imprescindível no sentido de o profissional assegurar as condições necessárias para que o usuário possa fazer suas escolhas com autonomia (ZOBOLI et al., 2001).

A atividade assistencial não pode ocupar-se de seres humanos como se não o fossem. Seres humanos são tanto os clientes como os profissionais, ou seja, ambos têm necessidades, desejos, medos, carências (NOGUEIRA-MARTINS, 2001).

A humanização no atendimento vem sendo amplamente discutida e incentivada pelos órgãos governamentais da área da saúde. O governo Federal tem enfatizado a questão da humanização em suas diretrizes e metas, entendendo por humanização:

- Valorizar a dimensão subjetiva e social em todas as práticas de atenção e gestão, fortalecendo e estimulando processos integradores e promotores de compromissos;
- Aumentar o grau de co-responsabilidade dos diferentes atores que constituem a rede SUS, implicando mudanças na atenção aos usuários e na gestão dos processos de trabalho;
- Tomar a saúde como valor de uso, valorizando, no atendimento, o vínculo com os usuários, a garantia dos seus direitos e os de seus familiares;
- Estimular a população a ser protagonista do sistema de saúde, através de sua ação de controle social;
- Garantir condições para que os profissionais atuem de modo digno e participem como co-gestores do sistema, incluindo o fortalecimento do trabalho em equipes multiprofissionais. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2005).

A humanização no atendimento de saúde, também, é um dos principais objetivos da Política Nacional de Humanização do SUS (PNH), também chamada de “Humanizausus”, que o Ministério da Saúde vem implementando desde o início de 2003. Esta política tem por filosofia deixar o usuário o mais próximo possível do Sistema de

Saúde, considerando que todo cidadão precisa sentir-se acolhido e não apenas ser tratado como um número em uma fila impessoal. Segundo esta política todo paciente tem o direito de saber quem são os profissionais que o atendem, sendo este o princípio da responsabilização, onde se cria mais vínculo do usuário com o profissional de saúde, evitando, por exemplo, que o paciente chegue a um hospital sem saber quem é o responsável por encaminhá-lo a um determinado procedimento (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004).

ASSISTENTES SOCIAIS EM SUAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS: PROFISSIONAL-USUÁRIO

O Assistente Social que atua na área da saúde, além de desenvolver ações e procedimentos técnicos ligados a sua área específica, estabelece sempre, com as pessoas que atende, relações interpessoais (NOGUEIRA-MARTINS, 2001). Nas relações entre profissionais de saúde e usuários, deve-se considerar os fatores que permeiam o processo saúde-doença, tais como: condições sócio-econômicas e educacionais, estrutura familiar, condições de moradia, entre outras.

No entanto, muitas vezes o conhecimento do profissional fica restrito às necessidades que o usuário expressa, ou seja, solução para suas necessidades imediatas ou básicas. É justamente neste contexto que o profissional deve desenvolver estratégias para se aproximar do usuário, através do acolhimento e da criação de vínculo - aspectos integrantes do que estamos considerando como humanização do atendimento. Através desta aproximação, o profissional tem a possibilidade junto com o usuário, traçar objetivos e encontrar novos caminhos para a resolução de problemas, assim como da promoção da cidadania.

Para tanto, o profissional de saúde deve aprimorar seus conhecimentos em relação aos fenômenos psicológicos que ocorrem em suas relações interpessoais em seu trabalho. Nesse contexto, os fenômenos de transferência e contratransferência devem ser considerados.

Segundo Nogueira-Martins (2001, p.22) entende-se por transferência:

“(...) o processo psicológico pelo qual são trazidos para o relacionamento atual sentimentos e conflitos originários de relacionamentos com pessoas importantes no início da vida, ou seja, reações emocionais que ocorrem no passado são transferidas para o presente. Este fenômeno pode resultar em ligações afetivas intensas, irracionais, que não podem ser explicadas com base em situações da vida atual”.

Este conceito de transferência, descoberto por Freud, sugere que em qualquer relação entre duas ou mais pessoas estão presentes sentimentos e manifestações não verbais que influenciam nossas atitudes e decisões durante um atendimento. E a contratransferência, por sua vez:

(...) designa os movimentos afetivos do profissional como reação aos de seu paciente e em relação à sua própria vivência infantil. Ela pode ser (...) positiva ou negativa e depende de inúmeros fatores, advindos tanto do cliente (idade, sexo, situação social, apresentação e comportamento) como do próprio profissional (estado de cansaço, irritação, situação conjugal, social e de trabalho) (NOGUEIRA-MARTINS, 2001, p.23).

Neste sentido, a contratransferência revela-se como resposta a essas manifestações e sentimentos captados pelo usuário, no caso de atendimentos, que também influenciarão suas decisões e sua postura diante do profissional. Segundo Nogueira-Martins (2001) a transferência e a contratransferência, quando percebidas em seus efeitos, podem servir de guias para a ação do profissional.

Considerando a complexidade dos fatores que envolvem o relacionamento humano (a subjetividade, tanto do usuário como a do profissional, as características únicas e pessoais, o contexto diferenciado vivido por ambos), podemos dizer que cada atendimento, cada relacionamento entre o usuário e o profissional tem características próprias. E é a unicidade da relação que possibilita a descoberta de singularidades, dificuldades e possibilidades.

ASPECTOS DA HUMANIZAÇÃO EM UMA UNIDADE DE SAÚDE

O Centro de Reabilitação Professor Gabriel O. S. Porto (Cepre) é uma unidade da Faculdade de Ciências Médicas da

UNICAMP e tem como objetivo atuar no ensino, pesquisa e assistência voltadas às deficiências sensoriais. Os atendimentos no CEPRE são realizados através de programas específicos que são subdivididos conforme a faixa etária e deficiência do usuário. Estes atendimentos são realizados por equipes de profissionais no atendimento a bebês, crianças, adolescentes e adultos com deficiência visual ou surdez.

As equipes profissionais têm se preocupado com aspectos da humanização em seus atendimentos diários a usuários e suas famílias. Acredita-se que o desenvolvimento de atendimentos que valorizem o acolhimento e a criação de vínculo com o usuário, é um passo essencial à conquista da saúde com qualidade, onde o mesmo possa ser reconhecido não somente como pessoa que tem direito, mas também como pessoa que sente, se alegra, sofre e necessita de cuidados especiais. E ainda, “acolher” e “vincular”, contribuem na produção da responsabilização do usuário e do profissional de saúde e potencializam a “otimização tecnológica” das resolutividades que efetivamente impactam os processos sociais de produção da saúde e da doença (FRANCO *et al.*, 1997).

O Serviço Social utiliza-se dessas estratégias no atendimento aos usuários e suas famílias, entendendo que o acolhimento deve transmitir à pessoa em atendimento um ambiente de confiança, em que ela possa se sentir apoiada. Portanto, o acolhimento é a base para a formação do vínculo entre profissional e usuário podendo ser realizado pelos diferentes profissionais da equipe em suas relações.

O acolhimento e o espaço para a criação de vínculo nos atendimentos do Serviço Social do CEPRE acontecem, inicialmente, através de pequenas atitudes dos profissionais, tais como: chamar o usuário ou familiar pelo nome, fazê-los aguardar pouco pelo atendimento e mantê-los informados em casos de atraso, disponibilizar um espaço de privacidade para o atendimento, ouvir o que o usuário tem a dizer e direcionar a conversa sem causar desconforto. Outro aspecto fundamental é a forma e a linguagem utilizada para que as informações ou orientações possam ser compreendidas de maneira satisfatória.

Como exemplo podemos citar um programa de Triage Auditiva Neonatal destinado a bebês que tiveram o primeiro resultado

da triagem auditiva alterado e que buscam o CEPRE para uma segunda avaliação. Neste caso, além dos procedimentos já citados, o atendimento se processa de acordo com as necessidades das mães ou familiares que levam o bebê para*realizar a avaliação auditiva. Com isso procura-se diminuir a ansiedade e a preocupação das mães ou familiares, assim como esclarecer dúvidas em relação ao resultado da avaliação da criança, sendo atendidos pela assistente social antes e depois da avaliação auditiva. Atividade semelhante também se processa com os pais de bebês que têm risco para perda auditiva progressiva ou tardia e que devem realizar avaliações audiológicas periodicamente.

O Serviço Social, embora esteja inserido em diferentes equipes de diferentes programas de atendimento, empenha-se em manter, em todos eles, o mesmo objetivo de acolher e estabelecer o vínculo, não no sentido de uma padronização da forma de atendimento, mas no sentido da atenção aos aspectos subjetivos do usuário.

O modelo de atendimento adotado pela equipe tem sido reconhecido como positivo pelos pais dos bebês e apontado como uma das razões de participação nos projetos. Embora as primeiras expectativas dos pais fossem negativas, no sentido de preocuparem-se com o motivo pelo qual o bebê foi convidado a participar da triagem ou do monitoramento audiológico periódico, após a primeira entrevista com o profissional de serviço social, eles ficam mais esclarecidos das razões de estarem ali e, conseqüentemente, ficam menos ansiosos. Os resultados positivos desses projetos, seja em termos da adesão, seja em termos da própria avaliação dos pais, revelaram a importância do acolhimento e da criação de vínculo, resultantes da prática humanizadora nos atendimentos.

O acolhimento à família é fundamental para a participação da mesma nos atendimentos e para que este se concretize, faz-se necessário criar condições para que a pessoa responsável pela criança, em geral a mãe, sinta-se à vontade, e parte integrante da equipe que atende seu bebê, acreditando que o acompanhamento somente alcançará seu objetivo se houver sua participação.

Um dos maiores desafios dos profissionais de saúde, mais especificamente aqueles que trabalham com doenças crônicas ou com deficiências é garantir a participação dos usuários nos serviços

a eles destinados. Se pensarmos então na humanização, perceberemos que esta pode ser uma estratégia de envolvimento de usuários ao atendimento ou tratamento.

A adesão a programas sociais ou educativos deve ser vista como uma atividade conjunta na qual o usuário não apenas segue as orientações do profissional, mas entende, concorda ou não, questiona e dialoga com o mesmo. Isso implica não apenas a responsabilidade específica de cada um no processo, mas também de todos que estão envolvidos (direta ou indiretamente) no atendimento ou tratamento. Portanto, o profissional deve criar condições para que o usuário compreenda a importância de sua participação. É neste momento que a humanização torna-se fundamental, pois sem considerar os aspectos do acolhimento, do respeito ao contexto sócio-econômico e cultural do usuário, da valorização da dimensão subjetiva em que o mesmo se encontra, torna-se difícil que ele sinta-se parte do processo de atendimento.

O Serviço Social por ser uma profissão que trabalha diretamente com o ser humano em suas expressões sociais e individuais não pode distanciar-se do tema da humanização como parte fundamental de seus atendimentos.

REFERÊNCIAS

FRANCO, T.B; BUENO, W.S; MERHY, E.E. Acolhimento e os processos de trabalho em saúde: o caso de Betim (MG). **Conferência Nacional de Saúde Online**, Brasília, 1997. Disponível em: <<http://www.datasus.gov.br/cns/inovador/betim.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2004.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política Nacional de Humanização**. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/saude/area.cfm?id_area=390. Acesso em: 28 maio 2004.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Oficina debate atendimento humanizado aos usuários do SUS**. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://portalweb02.saude.gov.br/portal/aplicacoes/busca/buscar.cfm>>. Acesso em: 08 de jul. 2005.

NOGUEIRA-MARTINS, M.C.F. Humanização das relações assistenciais: a formação do profissional de saúde. São Paulo: **Casa do Psicólogo**, 2001, p.21-43.

NOGUEIRA-MARTINS, M.C.F. **Humanização da Assistência e formação do profissional de saúde**. PsychiatryOn-line Brazil (8) maio 2003.

ZOBOLI, E.L.C.P. O **Programa de Saúde da Família em busca da Humanização e da Ética na Atenção à Saúde**. Portal Instituto para o Desenvolvimento da Saúde, 2001. Disponível em: <http://ids-saude.uol.com.br/psf/enfermagem/tema1/texto9_1.asp>. Acesso em: 25 jun. 2004.

PERCEPÇÕES DO TRABALHADOR SOBRE EMPREGO E TRABALHO COOPERATIVADO

Maria da Penha Costa VASCONCELLOS¹
Sergio Nagib SABBAG²

RESUMO

Este artigo é parte de uma pesquisa cujo universo é um grupo de trabalhadores de cooperativa de reciclagem do interior do Estado de São Paulo, Brasil. É um estudo que teve por objetivo mostrar como as alterações ocorridas no mercado de trabalho, a partir do início dos anos 1980, estimulam a organização dos trabalhadores em cooperativas de reciclagem (economia solidária) como alternativa ao desemprego. A pesquisa utilizou-se da história de vida como recurso metodológico. Através da análise dos depoimentos dos cooperados, foi possível perceber a necessidade de uma eficaz organização da cooperativa com adequada distribuição de poder, a diferença entre o trabalho cooperativado e o assalariado, o papel da família e da igreja enquanto apoiadores do envolvimento na cooperativa, a existência de novos padrões de comportamento a serem incorporados pelo trabalhador, família e comunidade, e o desejo de continuidade do projeto como alternativa ao trabalho assalariado formal e ao desemprego.

Palavras-chave: trabalho, cooperativismo, geração de renda, reciclagem, desemprego.

¹ Psicóloga e Professora Doutora da Faculdade de saúde Pública da Universidade de São Paulo.

² Psicólogo, Professor Doutor e Pesquisador.

INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho e suas transformações nos últimos anos:

Nas duas últimas décadas ocorreram profundas alterações no mercado de trabalho, colocando para os pesquisadores o desafio de compreender as atuais relações do trabalho e propor alternativas para o desenvolvimento econômico e social e, conseqüentemente, de buscar melhoria da qualidade de vida do trabalhador.

De acordo com Antunes (1998), “a diminuição do número de empregos é atribuída tanto à crise econômica quanto à reorganização produtiva. A crise econômica gera o chamado desemprego conjuntural, enquanto a reorganização produtiva gera o desemprego estrutural. No caso do desemprego conjuntural, se houver recuperação da economia, o posto de trabalho é recuperado, porém, em se tratando de desemprego estrutural, os postos de trabalho tendem a desaparecer.”

Singer (1998), refere-se ao desemprego como o fato social do momento. “Para ele, o assalariamento é substituído pelo trabalho autônomo, com aumento das horas trabalhadas, pior remuneração e perda de direitos. Por outro lado, milhões de trabalhadores perderam suas qualificações à medida que máquinas e aparelhos permitem obter os resultados com menor custo.”

Nesse sentido, não se trata mais de apostar no desenvolvimento econômico como solução para o desemprego. Há estudos indicando que o desemprego é inerente ao crescimento econômico.

Assim, afirma Segnini (2000), “o avanço do capitalismo (no Brasil) é caracterizado por uma profunda heterogeneidade produtiva, com desigualdade nas relações de trabalho e renda.” Para essa autora, entre os anos 1950 e 1980, embora a economia brasileira continuasse marcada pela concentração de renda, pelo sub emprego, pelos baixos salários e rendimentos desiguais houve um intenso crescimento das relações formais de trabalho. A instabilidade econômica dos anos 1980 gerada pelo crescimento da dívida externa, pela estagnação e hiperinflação faz romper a frágil estruturação do mercado de trabalho trazendo como conseqüência o

desassalariamento de parte significativa da população trabalhadora, o crescimento do desemprego e do trabalho informal e a precarização das relações do trabalho.

É o tempo da globalização que, segundo Gil (1997), apresenta “sérias conseqüências para os países, pois ao mesmo tempo que traz facilidades para o cotidiano, desencadeia sérios problemas econômicos, políticos e sociais.” Na verdade, a incorporação de uma tecnologia avançada pela indústria, bem como a abertura do comércio pelas economias internacionais, ao invés de representar avanço para a classe trabalhadora, só tem feito aumentar o número de desempregados, fazendo do desemprego a grande questão social deste início de século.

Nesse sentido, as economias globalizadas e seus desdobramentos para a vida do homem têm provocado nos pesquisadores um desejo e uma necessidade de melhor compreender as tramas desse tempo com o objetivo de buscar alternativas que contemplem o trabalhador na sua condição humana integral.

É, pois, nesse contexto que se retoma a idéia das formas cooperativas de trabalho. Singer (2000), afirma que “a economia solidária começou a ressurgir no Brasil, de forma esparsa na década de 80 e tomou impulso crescente a partir da segunda metade dos anos 90 (como resultante) dos movimentos sociais que reagem à crise do desemprego em massa, que tem seu início em 1981 e se agrava com a abertura do mercado interno às importações a partir de 1990.” (...) Singer (2000), continua: “a idéia de se juntar e organizar uma atividade econômica coletiva, à base de participação igualitária nas decisões e no capital não era conhecida e usual à grande maioria dos sem trabalho. Uma das formas da economia solidária é o trabalho cooperativo, que tem sido utilizado sob diversos modos, incluindo aí, as cooperativas de trabalho. Esta forma de organização produtiva tem sido utilizada em esquemas de cogestão³ e autogestão em empresas produtivas, muitas vezes indústrias que passam por crises conjunturais⁴.”

³ Entende-se por cogestão, uma administração compartilhada entre o empresário ou o poder público e a cooperativa. Se a cooperativa assume a gestão do negócio, tem-se a autogestão. Os modelos de administração variam. Sobre este assunto, são referências os trabalhos da ANTEAG (Nakano, 2000) e do Ceadec (2001).

⁴ Estas crises conjunturais pelas quais passam estas indústrias vão desde a má gestão até a profunda alteração do mercado, como foi o caso recente da indústria têxtil, com alteração da tecnologia e redução de postos de trabalho.

Existem também as cooperativas produtivas desde o início assim estruturadas como é o caso das cooperativas de reciclagem que estão aumentando em todo o Brasil. Ocupando uma parte do processo produtivo atual, que necessita de matérias primas recicladas em abundância, estas cooperativas tem garantido o sustento de muitas famílias, quase sempre anteriormente em uma situação de instabilidade dentro do mercado de trabalho formal como é o caso de muitos metalúrgicos desempregados. São, portanto, uma alternativa de ocupação profissional e geração de renda.”

Dozzi (2003) afirma: “A cooperativa é um empreendimento coletivo que tem, também, fins econômicos. Porém, visa consegui-los não através da exploração da força de trabalho, da mais valia, mas, sim, através da inversão entre fins e meios do modo capitalista de produção, sem perder, no entanto, a eficácia capitalista na produção. Este propósito é a base das tensões, ambigüidades, riscos e oportunidades do cooperativismo.”

Gadotti (2002) citado por Klein (2004), referindo-se à educação participativa e à forma de gestão em economia solidária, afirma: “Autogestão não é participação, pois participar significa engajar-se numa atividade já existente com sua própria estrutura e finalidade. Autogestão visa à transformação e não à participação. Autogestão também não se confunde com cogestão, pois esta significa direção conjunta de uma empresa, mantendo-se a mesma estrutura hierárquica.”

A preservação do meio ambiente é outro aspecto presente no trabalho das cooperativas de reciclagem. Sobre isso Magera Conceição (2002) afirma: “Preservar o meio ambiente e adotar políticas de desenvolvimento sustentável deixaram de ser um modismo ecológico para ser uma necessidade universal de preservação da espécie humana na Terra. Seria difícil estudar lixo sem relacioná-lo com uma proposta de desenvolvimento sustentável, ganhos ambientais e econômicos com a reciclagem.”

O cooperativismo como alternativa de trabalho e geração de renda:

Com o objetivo de se contrapor às conseqüências do sistema de capital, os trabalhadores desenvolvem várias formas de

sobrevivência e de organização do trabalho, dentre estas as cooperativas criadas pelos próprios trabalhadores, que priorizam uma solidariedade mais genuína.

Singer (2000), define a economia solidária como “um modo de produção alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. (...) A unidade típica da economia solidária é a cooperativa de produção.”

Quanto à história das cooperativas, pode-se dizer que “no início do século XIX surgiram várias delas na Inglaterra. De início reprimidas, acabaram sendo incorporadas à economia capitalista. Um dos exemplos, foi a cooperativa de Rochdale, hoje considerada a mãe das cooperativas.”(BONAMIGO,2000). No caso do Brasil, “as primeiras cooperativas de que se tem registro(...) surgiram no final do século XIX, mas o cooperativismo somente se consolidou com a vinda de imigrantes italianos, alemães e japoneses para todo o sul e sudeste(...)”.(SANTOS,1999)

Tedesco (2001) afirma que: “hoje, na economia solidária, na qual as genuínas cooperativas estão incluídas, há um grande grupo de organizações não governamentais e movimentos sociais de vários tipos: trabalhos voluntários, educação popular, assistência social, instituições ligadas a igrejas, sindicatos, em vários países a bancos, na busca de geração de renda, emprego e serviços comunitários. (...) O trabalho cooperativo necessita de uma grande alteração de posturas e comportamentos. O diálogo é a chave para que as experiências sejam bem sucedidas. (...) Os trabalhadores precisam vencer a mentalidade de submissão e subserviência. (...) É necessário superar o imediatismo e apreender a consciência do processo. (...) No campo gerencial, as dificuldades e problemas apresentam-se com veemência. Ligar realismo contextual com transparência decisória e administrativa não é nada fácil. (...) Um dos aspectos é o enfrentamento da participação democrática e sua eficiência em termos de agilização e de garantia da dinâmica de ação da cooperação.”

Klein (2004) afirma: “Devemos ressaltar aqui que a economia solidária é um projeto em construção. Ela não está pronta e não pretende ditar regras. São muitos os desdobramentos que dela podem surgir, e cabe a nós (re)criá-los a cada instante, propondo novas

formas de intervenção social, promovendo novos meios de relações e potencializando o que o ser humano tem de melhor: abertura para ser.”

Dozzi (2003) afirma: “Um dos perigos é adotar o raciocínio de causa e efeito, de maneira que basta ser cooperativa para promover a emancipação do trabalhador e engedrar relações solidárias.”

Estes desafios colocam-se para as cooperativas de reciclagem. Constituídas por pessoas originárias de vários contextos sociais e de escolaridade variada: trabalhadores oriundos da economia formal, como é o caso dos industriários desempregados, e de outros que vieram da economia informal, como os ambulantes e os trabalhadores temporários; constituídas ainda de pessoas isoladas ou famílias que trabalham de forma integrada, sua organização é um grande desafio. Uma das tendências é que seu gerenciamento venha a imitar o gerenciamento das empresas industriais. A participação nas decisões e o estímulo a processos democráticos internos, muitas vezes causam desconforto aos cooperados, habituados a outro conjunto de relações sociais.

Miura (2004) analisando a ocupação de catador e a atividade de catação, afirma: “Os catadores de materiais recicláveis vivem à margem dos direitos sociais, sofrem com as recorrentes medidas cotidianas de exclusão, que se dá nas relações interpessoais, nos contatos face a face, nos encontros casuais e anônimos. Excluídos do mercado de trabalho formal, buscam uma outra forma de trabalho na informalidade, assim acabam desenvolvendo sua atividade em condições precárias, sujeitando-se a novas formas de exclusão”. Prossegue: “A catação é uma atividade que pode possibilitar a construção de diversos vínculos sociais íntimos, e que proporciona tanto a sobrevivência física como a emocional. Para essas pessoas, catar material reciclável é sua opção de trabalho, e trabalho é o valor que dá dignidade ao homem, que define a identidade de cada um. Sem ele, o homem perde a legitimidade social e individual.”

Desenvolvimento:

O estudo realizado na cooperativa de reciclagem:

Este estudo (SABBAG, 2003) foi realizado em uma Cooperativa de Reciclagem do interior do Estado de São Paulo. Foi,

de início, uma experiência desenvolvida em uma área sob a responsabilidade da igreja católica local (paróquia), tendo como atividade a fabricação de doces, temperos e sabão. A seguir, transformou-se em cooperativa de reciclagem. Reúne trabalhadores originários do trabalho informal, como os vendedores ambulantes, e outros oriundos do mercado de trabalho formal, alguns da indústria metalúrgica, outros da têxtil. O número de cooperados varia, mas há um grupo relativamente fixo e outro grupo com vínculos mais flutuantes e mais breves.

Estes trabalhadores dividem-se, operacionalmente, em dois grupos: aqueles que fazem a coleta ou catação de rua e aqueles que trabalham no barracão.

Os primeiros percorrem ruas, contatando residências, comércio e pequenas indústrias, pedindo doações de materiais recicláveis: papel, papelão, plásticos, embalagens PET, embalagens de leite, alumínio e outros metais. Diariamente, realizam coleta e removem o lixo em busca destes materiais. É um trabalho bastante perigoso e com riscos à saúde. Locomovem-se a pé, puxando um carrinho que inicia a jornada de trabalho vazio e termina cheio. Além do desgaste, há risco de acidentes como os atropelamentos e de contágio ao manusear materiais sujos e contaminados. O desgaste energético também é grande e há grande exposição às variações climáticas: sol e chuva intercalam-se no cotidiano desses trabalhadores.

Os que trabalham no barracão dedicam-se à triagem e separação dos materiais. Têm a vantagem de trabalhar abrigados em um local fixo: o galpão. Este edifício é dotado de banheiro, cozinha e equipamentos de trabalho como as prensas. Estes postos de trabalho geralmente são reservados aos trabalhadores com mais idade e aos mais antigos de cooperativa.

O sistema de remuneração varia. Os catadores que atuam na rua recebem por peso e pelo tipo de material; os que trabalham no barracão, pelo valor das doações recebidas, geralmente de condomínios e grandes indústrias.

A distribuição por idade dá-se da seguinte maneira: concentram-se pessoas com mais idade (45 a 65 anos), nos trabalhos

do barracão, e os jovens (18 a 25 anos) com dificuldade de ingresso no mercado formal de trabalho, nos trabalhos de catação de rua. Não há uma frequência significativa de pessoas nas faixas intermediárias de idade entre os mais jovens os mais velhos.

Há conflitos entre os catadores de rua e os trabalhadores do barracão. Alguns dos que trabalham na rua queixam-se de imprecisão na pesagem dos materiais e consideram os trabalhadores do barracão privilegiados por serem remunerados através das doações. Os que trabalham na rua podem ganhar mais pela maior produtividade: quem catou mais, recebe mais.

Os catadores de rua cooperados trabalham concorrendo com outros catadores não cooperados. Contudo não houve relatos de conflitos entre as pessoas dos dois grupos, talvez porque haja abundância de materiais recicláveis ainda encontrados, dando oportunidade de trabalho aos dois grupos.

As entrevistas e comentários:

O estudo utilizou a metodologia de histórias de vida de Pereira de Queiroz (1987), que afirma: “Para a psicologia o indivíduo é o centro de interesse, mesmo considerando que o comportamento resulta da interação indivíduo grupo. Para a sociologia, o que interessa é o fato social, sendo que as histórias de vida e o depoimento pessoal só assumiram destaque quando reconheceu-se que valores e opiniões tinham base coletiva.”

Pereira de Queiroz (1987), refere-se à formulação prévia da questão e a escolha do informante ou “indivíduo representativo” como requisitos importantes na coleta de histórias de vida. Ressalta ainda a importância de se obter um material vivo objetivo, espontâneo, com o informante tendo liberdade no relato, sem a necessidade, por exemplo, de ordenação cronológica dos fatos.

Foram entrevistados dez cooperados entre os dezessete a vinte e dois⁵ que freqüentam a cooperativa. O que os entrevistados pensam a respeito do desemprego e da estruturação do trabalho

⁵ Número total de cooperados que oscilou entre estes extremos durante a pesquisa.

cooperativado é resultado de um trabalho de coleta sob a forma de entrevistas individuais, das quais ressaltamos os pontos comuns referentes ao que já indicamos acima, ou seja, o que coincidiu em suas falas sobre o mercado de trabalho e estruturação da cooperativa.

Alguns desses pontos são descritos a seguir:

A cooperativa é uma alternativa, entre outras, do setor informal e, algumas vezes, do setor formal da economia. É vista como uma alternativa ao desemprego, como um trabalho sofrido, mas que auxilia a sobrevivência. É também uma forma de enfrentar uma realidade de trabalho em que as vagas são cada vez mais limitadas e a concorrência é cada vez maior.

- A inserção na cooperativa ocorre com certa cautela, refletindo o quanto esta forma de organização do trabalho causa estranheza ao trabalhador, aos seus familiares e à comunidade. Na verdade, é muito mais fácil que os outros entendam o que é o trabalho, quando alguém diz que trabalha em uma indústria, do que quando se descreve o trabalho em uma cooperativa.

- A estruturação do trabalho cooperativado sofre muita influência do relacionamento entre os cooperados e é marcada pelos seguintes elementos: as lutas para a organização da cooperativa e obtenção de recursos, uma boa distribuição do poder interno, o combate à figura do atravessador que é visto como explorador, a necessidade de formação de volume para melhor preço, a necessidade de produtividade do catador e a perspectiva de crescimento da cooperativa. Outros aspectos são: as condições de trabalho, o sistema de remuneração, a economia interna da cooperativa, a forma de trabalho, o papel da cooperativa na formação da cidadania, a organização do trabalho individual, incluindo a entrada e saída da cooperativa e a quantidade de trabalho.

- O trabalhador cooperativado trabalha mais horas que um trabalhador assalariado. A cooperativa tem atrativos como: horário mais flexível e falta de pressão do chefe. É importante para o cooperado, ser “dono do negócio”, junto com outros cooperados, bem como valorizam também as relações de amizade e de colaboração.

- Há um desejo constante da parte dos cooperados de que a cooperativa tenha uma administração muito eficaz e que se utilize de medidas precisas de peso de material coletado.

- O trabalho da cooperativa é visto como alternativa ao trabalho assalariado, com a vantagem de não ter patrão e horário rígido, contudo a cooperativa tem de ser eficaz, dotar-se de grande grau de competência e de aprimoramento constante.

- Há a expectativa de que a cooperativa cresça e se concretize como alternativa de trabalho e opção ao desemprego. Esta expectativa está presente, inclusive no discurso daqueles que consideram a possibilidade de não continuar na cooperativa.

- Há um conflito implícito entre aqueles que trabalham no barracão, com maior conforto e remuneração por média de doações, e os que trabalham na coleta de rua, com menor conforto e remuneração por produtividade individual. Este é, na percepção dos cooperados, um ponto a ser resolvido no processo de aperfeiçoamento da cooperativa. Não é visto como conflito de interesses, mas sim como um ponto a ser aperfeiçoado tendo em vista um objetivo comum.

- O barracão tem vários significados: é uma central onde estão concentradas as informações e decisões, onde se recebem as visitas, onde chegam as doações e se realizam os contatos. É, também, o local onde o trabalho é desenvolvido com maior conforto e segurança. Enfim, é um ponto de referência para todos os cooperados que têm na figura do presidente da cooperativa, o elemento norteador dos trabalhos e da direção a ser tomada neste espaço.

- O trabalho na cooperativa representa para os cooperados uma alternativa concreta e simbólica à exclusão social. Concreta na medida em que ali se tem uma possibilidade de enfrentar a sobrevivência e, simbólica, porque mesmo que não se consiga trabalho, vincular-se à cooperativa representa aos olhos dos de fora, não estar desempregado.

- Os ex-cooperados representam para os cooperados um reforço as suas próprias inserções na cooperativa pois, já que os motivos dos desligamentos não são claros (foram em épocas anteriores), acabam representando uma afirmação do vínculo pela negação: se não estou fora como os outros, estou inserido.

- Alguns cooperados expressam um certo saudosismo em relação ao mercado formal de trabalho, especialmente no que se refere à estruturação do trabalho formal: garantia previdenciária, programas de segurança no trabalho com uso de E. P. I.s e remuneração regular. Apesar da cooperativa ser muito valorizada, o trabalho no mercado formal é visto como algo que, em havendo oportunidade, deva ser retomado.

- O vínculo com o trabalho na cooperativa é representado pelos cooperados como um vínculo forte. A saída do cooperado não é cogitada e, quando considerada, é associada à continuidade da cooperativa, independentemente da sua participação.

- Os cooperados com mais idade têm grande desejo de uma aposentadoria estruturada. Como muitos são oriundos do mercado informal, ou apresentam uma descontinuidade nos vínculos formais, geralmente não têm previdência social regularizada, sendo esta uma grande aspiração.

- A família funciona como fator de estabilização no trabalho. Comumente, a adesão à cooperativa dá-se porque o indivíduo mora perto dela. Ao invés da pessoa mudar de casa por causa do trabalho, neste caso o trabalho é obtido por estar morando perto.

- O uso de núcleos de depósito de materiais recicláveis, estágio intermediário entre a coleta e o armazenamento no barracão central, provoca reações de vizinhos que muitas vezes não gostam, apontando a cooperativa como um lugar sujo que traz roedores e insetos. Isso gera conflitos com a comunidade. Uma alternativa para esta questão, identificada pelos cooperados, é manter o local limpo e organizado.

- Estudar é sempre um desejo dos cooperados. A maior parte deles deixou o estudo por causa do trabalho, ou por questões familiares, como por exemplo, o fato de ter filhos. O desejo de retorno aos estudos é grande, mas não o fazem em decorrência do custo das escolas e da necessidade de tempo e transporte. Nesse sentido, a cooperativa é vista como potencial provedora destas oportunidades.

- Os serviços domésticos ocupam um lugar importante na representação que os cooperados fazem do lazer. Passeios, exceto ir ao bar ou ao campo de futebol, são referências do passado, como as

que são lembradas dos passeios ao zoológico ou à praia. A constante referência aos parentes ou a pessoas vindas do mesmo local de origem dos cooperados reflete a busca de raízes familiares e culturais.

- Para as mulheres, o papel materno e o trabalho doméstico ocupam quase todo o tempo de lazer, condicionando a ficar em casa.

- A adesão ao projeto da cooperativa é bastante forte, com uma grande expectativa de que dê certo, vendo-a como recurso de geração de renda e trabalho, na esperança de que a cooperativa possa oferecer mais segurança do que o trabalho individual no mercado informal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As grandes alterações ocorridas no mercado de trabalho a partir do início da década de 1980, com o aumento do desemprego estrutural derivado da reorganização produtiva e do desemprego conjuntural derivado da crise econômica (Antunes, 1998) fizeram com que a classe trabalhadora buscasse outras alternativas de inserção no mercado de trabalho.

Uma dessas alternativas, inserida na economia solidária, é o cooperativismo (Singer, 2000). Este tipo de organização do trabalho pressupõe uma alteração de posturas por parte do trabalhador cooperativado, principalmente no que se refere ao modo de ver o trabalho e às suas formas de liderança (Bonamigo, 2002).

As cooperativas de reciclagem estão inseridas neste contexto. Com a participação de pessoas de várias origens, vindas do mercado formal e informal, com uma parcela significativa de ex industriários, constituem um amplo e rico universo a ser explorado pela pesquisa.

O estudo sobre a cooperativa de reciclagem do interior do Estado de São Paulo a partir da perspectiva metodológica de histórias de vida (Pereira de Queiroz, 1987) permite que se considere:

A cooperativa de reciclagem representa uma alternativa ao desemprego. Há uma consciência de que é necessária uma organização eficiente, com boa distribuição de poder. O trabalho em

cooperativa tem características próprias, formando sua própria identidade e diferenciando-se do trabalho assalariado formal. Um dos pontos fundamentais é o “ser dono do negócio”, juntamente com outros cooperados. Neste processo de construção social há relações importantes com a família. O tipo de moradia, a proximidade do trabalho e o apoio dos familiares à participação na cooperativa têm papel fundamental na adesão ao projeto. O apoio que a igreja e a comunidade dão ao cooperado, também são de grande importância. A igreja é vista como incentivadora do projeto e eventual apoiadora em caso de necessidade.

Há grande expectativa de que a cooperativa cresça, apesar dos conflitos que são vistos como parte do processo de evolução desta nova estrutura de trabalho, por exemplo, o que existe entre os catadores de rua e os do barracão. O mesmo se dá com os desejos e aspirações, como o de aposentadoria, o retorno aos estudos e eventuais conflitos com a comunidade, caso, por exemplo, do armazenamento de lixo rejeitado pela vizinhança.

O modo de vida é caracterizado pela proximidade trabalho, família e igreja. A busca do trabalho se dá como consequência da vida em família e o apoio da igreja.

O lazer forma um conjunto inserido nesta realidade, com aspirações e lembranças, mais imaginárias que concretas, e um cotidiano, pessoal e familiar, harmônico com o trabalho.

A inserção no trabalho cooperativado da reciclagem provoca novos padrões de conduta relacionados à aceitação deste tipo de trabalho pelo cooperado, pela família e pela comunidade. Parece que esta aceitação é gradual, de tal modo que cada nova etapa de vida cooperativada questiona e complementa a anterior.

Essa dinâmica faz do envolvimento com o projeto um aliado do desejo de continuidade do trabalho cooperativo, representando uma alternativa concreta ao trabalho formal e ao desemprego.

O trabalho cooperativado parece representar uma opção à exclusão social, embora haja grande saudosismo e expectativa de recuperação do trabalho no mercado formal. Esta aparente contradição aparece na representação dos trabalhadores que participaram da cooperativa por um tempo, e depois saíram, constituindo-se como um referencial para os que ficaram.

Os estudos sobre as representações dos trabalhadores sobre o trabalho cooperativado podem se constituir em uma das maneiras de melhor compreender e propor soluções para uma estruturação mais adequada deste modelo de geração de renda e de trabalho, no sentido de colaborar com a consciência do papel social destas cooperativas como complemento da cadeia produtiva, sempre em busca de sua própria sobrevivência, de padrões de organização, segurança e eficácia, que representem um padrão mínimo para a inserção satisfatória do trabalhador.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 1998.

BONAMIGO, C.A. **Para mim foi uma escola: o princípio educativo do trabalho cooperativo**. Passo Fundo: UPF, 2002.

CEADEC. **Ceadec: folheto de divulgação institucional**. Sorocaba: 2001.

DOZZI, C.C. **Paradoxo e ambigüidades de uma cooperativa popular de produção: uma análise psicossocial**. [Dissertação de mestrado em Psicologia Social – PUC-SP]. São Paulo: 2003.

GADOTTI, M. Escola cidadã. São Paulo: Cortez, 2002. In: KLEIN, A. P. **Cooperativa popular solidária: potência para transformação?** [Trabalho de conclusão de curso de Psicologia – PUC-SP]. São Paulo: 2004.

GIL, L.A.B. **Exclusão do mercado de trabalho e a busca de alternativas: um estudo da cidade de Sorocaba**. [Dissertação de mestrado em Serviço Social – PUC-SP]. São Paulo: 1977.

KLEIN, A.P. **Cooperativa popular solidária: potência para transformação?** [Trabalho de conclusão de curso de Psicologia – PUC-SP]. São Paulo: 2004.

MAGERA CONCEIÇÃO, M. **Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade – análise do sistema de cooperativas de trabalhadores do setor de reciclagem do lixo da região de Sorocaba-SP**. [Tese de doutorado em Ciências Sociais – PUC-SP]. São Paulo: 2002.

MIURA, P.O.C. **Tornar-se catador: uma análise psicosocial.** [Dissertação de mestrado em Psicologia Social – PUC-SP]. São Paulo: 2004.

NAKANO, M. Anteag: a auto gestão como marca. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. **A economia solidária no Brasil: a auto gestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2000.

PEREIRA DE QUEIROZ, M.I. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. **Ciência e cultura**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 272-86, 1987.

SANTOS, N.J. **As cooperativas de trabalho na flexibilização das relações de trabalho.** [Dissertação de mestrado em Administração – PUC-SP]. São Paulo: 1999.

SABBAG, S.N. **A percepção do trabalhador sobre o desemprego e a estruturação do trabalho cooperativado.** [Tese de doutorado apresentada no Departamento de Saúde Materno Infantil da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo]. São Paulo: 2003.

SEGNINI, L.R.P. **Constantes recomeços: homens e mulheres em situação de desemprego.** Campinas; Fapesp-Unicamp, 2000. Texto inédito.

SINGER, P. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas.** São Paulo: Contexto, 1998.

SINGER, P.; SOUZA, A.R. **A economia solidária no Brasil: a auto gestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2000.

TEDESCO, J.C.; CAMPOS, G.L.R. (Orgs.). **Economia solidária e reestruturação produtiva: (sobre) vivências no mundo do trabalho atual.** Passo Fundo: UPF, 2001.

**O CONSELHO MUNICIPAL
DE DESENVOLVIMENTO RURAL
DE CAMPINAS
E O GRUPO DE DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL:
APROXIMAÇÕES E DIVERGÊNCIAS**

Vera Lúcia Graziano da Silva RODRIGUES¹

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo investigar a atuação de duas entidades que têm uma atuação importante na luta pelos direitos sociais no espaço rural em Campinas: O Conselho Municipal de Campinas e o Grupo de Desenvolvimento Rural Sustentável. Enfatiza sua importância numa metrópole, cujo espaço rural ainda ocupa metade da área. Aponta para as similitudes e diferenças entre ambas. Estas diferenças e semelhanças baseiam-se fundamentalmente no caráter consultivo do primeiro e no vínculo direto com o Executivo do segundo, o que lhe confere poder deliberativo. O GDRS funciona praticamente como uma Secretaria Municipal de Agricultura. O caráter complementar se dá a medida que ambos têm como preocupação fundamental a revalorização do espaço rural e o seu planejamento de forma integrada a cidade. Ambos se voltam para a compatibilização das reivindicações dos

¹ Professora titular da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-Campinas; Coordenadora do Laboratório Estudos Sociedade Ética e Cidadania (LESEC).

produtores rurais com a política de desenvolvimento rural e com os recursos disponíveis. A elaboração de um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural demonstra este objetivo. No que diz respeito às divergências, o GDRS tem uma atuação mais voltada para a organização dos proprietários dos bairros fruto de antigos projetos de assentamento que ainda desejam se manter produtivos. A sua participação no CMDR-Campinas poderia diminuir a representação bastante institucional do Conselho. O GDRS tem ainda uma atuação mais radical no combate a especulação imobiliária que pressiona estes proprietários. Tem questionado também as práticas clientelistas de relação Estado-sociedade que ainda estão eventualmente presentes na atuação do Conselho.

Palavras-chave: conselho gestor, direitos sociais, novo rural.

INTRODUÇÃO

Iniciamos a pesquisa sobre o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Campinas basicamente com o objetivo de comparar sua atuação com a dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural daqueles municípios onde a agricultura em seu sentido estrito ainda tem uma importância significativa. A hipótese era a de que seriam atuações bastante diversas pela inserção do CMDR-Campinas numa metrópole, onde a agricultura enquanto atividade econômica perdeu espaço.

O levantamento bibliográfico, embora mostrasse diferenças significativas entre os Conselhos, apontava a grande importância deles para a liberação de verbas do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF-infra-estrutura) na sua implementação. Frequentemente toda a vida do Conselho girava em torno da aprovação dos Planos dos pequenos produtores interessados em obter financiamento deste programa.

A especificidade do CMDR-Campinas por sua vez estava relacionada com novas funções da agricultura, principalmente na direção de preservação do meio ambiente, turismo, moradia, etc.

A surpresa maior, entretanto, foi detectar o surgimento do Grupo de Desenvolvimento Rural Sustentável, cuja atuação ao longo da pesquisa mostrou-se ao mesmo tempo complementar e diversa

da do CMDR-Campinas. Complementar, porque ao revalorizar o espaço rural, atuando praticamente como uma Secretaria da Agricultura, auxiliava a consolidação do CMDR-Campinas. Diversa, porque mais radical na proposta de revalorizar o rural e planejá-lo de forma integrada à cidade, provocando muitas vezes confronto entre ambos, apesar da estreita relação. Pudemos observar inclusive que alguns representantes pertencem tanto ao CMDR como ao GDRS. É esta relação contraditória que queremos explorar no artigo.

O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE CAMPINAS: UMBALANÇO

O Conselho de Desenvolvimento Rural de Campinas foi constituído a partir da lei municipal nº 9804 de 16/07/98. A justificativa era a de que embora o município de Campinas seja conhecido basicamente pelas suas indústrias, comércio e universidades, não deixa de ter um meio rural importante que precisa ser planejado. A primeira reunião realizou-se em dois de março de 1999, no auditório da Centrais de Abastecimento de Campinas (Ceasa-Campinas), que passou a ser a sede do Conselho. O presidente do Ceasa foi indicado presidente do Conselho e o diretor do Sindicato Rural seu vice-presidente, numa clara demonstração da necessidade da presença de órgãos estatais para a sua instalação.

Com relação às diretrizes, o CMDR-Campinas deve fundamentalmente identificar problemas dos vários segmentos do setor agrícola municipal e formular propostas de solução; promover a participação da comunidade rural em assuntos de seu interesse; propor diretrizes para a política agrícola municipal; incentivar a ação coordenada de pesquisa, de assistência técnica e extensão rural, bem como ainda do cooperativismo e associativismo; integrar as associações públicas e privadas vinculadas à pesquisa, ensino, produção, comercialização, armazenamento e industrialização, no planejamento e execução dos programas e recursos locais; viabilizar soluções municipais e regionais com as autoridades competentes, quer sejam elas municipais, estaduais ou federais, e ainda com os outros Conselhos de Desenvolvimento Rural.

A exemplo de grande parte dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, o CMDR-Campinas é órgão consultivo de

assessoramento do Poder Executivo. Este caráter não deliberativo tem sido colocado como um entrave ao funcionamento do CMDR-Campinas, pois é freqüente que problemas sejam diagnosticados, mas quando são encaminhados para o Executivo, a falta de verbas impede que sejam solucionados. A não efetivação de propostas acaba gerando um desestímulo à participação. Assim, torna-se difícil cumprir uma das diretrizes do CMDR-Campinas que é *compatibilizar as reivindicações dos produtores locais com a política de desenvolvimento rural, e com os recursos disponíveis* (grifos VLGSR).

De qualquer maneira, cumpre ressaltar que nem sempre o caráter deliberativo garante uma maior eficiência na atuação do Conselho. É preciso ficar atento, pois é possível que as deliberações sejam as de interesse do próprio governo e, portanto, correspondem às decisões que já seriam tomadas, servindo muito mais para referendar e legitimar a Secretaria do que, de fato, influir em suas ações (DEMANTOVA, 2003, p.30).

Mais que isto, é possível que as deliberações sejam as de interesse do próprio governo e, portanto, correspondem às decisões que já seriam tomadas, servindo muito mais para referendar e legitimar a secretaria do que, de fato, influir nas suas ações. Ainda segundo o autor, um dos maiores desafios dos Conselhos é *criar uma dinâmica de funcionamento que permita aos conselheiros estabelecer uma agenda de decisões que não esteja subordinada a pauta da administração pública* (DEMANTOVA, 2003, p.30-35).

Além disto, o caráter deliberativo do Conselho exige uma maior atuação dos conselheiros, ou seja, exige um conselho forte. Isto significa que para os Conselhos ainda com dificuldades de consolidação, como é o caso do CMDR-Campinas, o caráter consultivo pode ser um peso demasiado, tornando-se muito mais um entrave do que um benefício.

Com relação às finalidades, entre outras, o CMDR-Campinas deve propor diretrizes para a política agrícola municipal, colaborar nos estudos e elaboração do planejamento, planos e programas de expansão e desenvolvimento rural municipal, propor e acompanhar os programas de desenvolvimento rural, convocar reuniões comunitárias para a discussão de planos, ações e atividades relativas aos vários segmentos do setor agrícola e apoiar e estimular

o cooperativismo e outras formas de associativismo. Nestas duas últimas finalidades, principalmente, fica clara a intenção do Conselho de colaborar para a constituição do capital social no espaço rural de Campinas.

Uma das primeiras atividades do CMDR-Campinas foi a elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural. Uma Comissão foi montada com esta finalidade já na segunda reunião, em abril de 1999, a mesma em que o regimento interno foi aprovado. A elaboração do Plano é, aliás, colocada como uma das competências do Conselho já no projeto de lei que o institui² e sua aprovação se dá na reunião no início de setembro do mesmo ano.

Em Campinas, a constituição do Conselho surgiu a partir do diagnóstico de que o próprio Plano Diretor de Campinas possuía deficiências em relação a área rural e o Plano foi elaborado no tendo como objetivo geral *melhorar a qualidade de vida do homem no meio rural, evitando o êxodo e mantendo a agricultura como atividade econômica, sustentável e de grande importância no município* (PLANO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE CAMPINAS, 2000, p.7). O Plano se propõe, em resumo, a viabilizar um dos objetivos primordiais do CMDR-Campinas que é fixar o homem no campo e valorizar a agricultura e a pecuária no município. O Plano de Desenvolvimento Rural de Campinas propõe como uma de suas ações imediatas que seja elaborada lei no Legislativo Municipal estabelecendo que todas as decisões do Executivo e do Legislativo referentes ao meio rural tenham um parecer do CMDR Campinas (PLANO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE CAMPINAS, 2000, p.18). Ou seja, o Conselho deveria emitir parecer prévio às aprovações e/ou votações em projetos de lei ou projetos de execução e que digam respeito direta ou indiretamente à sua área de atuação. Seriam matérias obrigatórias à análise do CMDR, projetos, edificações e/ou empreendimentos na área rural; estratégias para o ordenamento territorial do município que venham a afetar, direta ou indiretamente a área rural; alterações pertinentes ao domínio rural e matéria do Executivo ou do Legislativo relacionada ao desenvolvimento rural. Esta

² As demais competências seriam: analisar, estabelecer e propor diretrizes para a política agrícola municipal; discutir, propor e acompanhar junto aos poderes constituídos, mecanismos e convênios relacionados a sua área de atuação; manter intercâmbio com outros Conselhos similares e assessorar e propor Poder Executivo Municipal as matérias relacionadas a ao desenvolvimento rural e abastecimento alimentar

lei foi efetivamente promulgada em 28 de setembro de 2000, mas não tem sido aplicada.

O que é importante deixar claro é que em Campinas o CMDR surge não como uma demanda dos agricultores familiares alijados das políticas públicas ao longo da década de 1980, que levou à criação do PRONAF em meados dos anos 90, de alguma forma respondendo às pressões por crédito agrícola e apoio institucional. Com todos os problemas existentes na sua implantação - não é o caso de discuti-los aqui - o PRONAF não deixa de ser *uma política pública que privilegia a gestão local de suas ações, dando forte ênfase à participação dos municípios e das entidades da sociedade civil local. Neste sentido, pode-se dizer que este programa está em sintonia com outro processo da maior importância para a sociedade brasileira, que diz respeito às transformações recentes nas formas de relacionamento entre sociedade civil e o Estado* (SCHNEIDER; KUNRATH SILVA, 2003, p.2).

Em Campinas o processo iniciou-se com a própria necessidade de se revalorizar a agricultura, já que desde a década de 40 Campinas possuía um perfil predominantemente urbano.

Isto significa que houve necessidade de se fortalecer o próprio setor que o Conselho deveria estar representando.

Neste período inicial, em que a principal preocupação era elaborar o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural, as assembleias eram mensais, mas já em agosto de 2000 uma reunião extraordinária altera o regimento tornando as assembleias bimestrais.

A ausência de algumas entidades como o Sindicato de Trabalhadores Rurais e o Sindicato do Comércio Varejista, Feirantes e Vendedores Ambulantes de Campinas levou à reformulação da própria composição do Conselho.

O Sindicato dos Trabalhadores nunca veio! A sede dos Trabalhadores Rurais é Cosmópolis. Foi feito contato: “Querem participar?”, “Queremos!”. Tenho os nomes, lá, o presidente do Sindicato também é uma delas. Nunca veio! Nunca vi pessoalmente a presença do Sindicato dos Trabalhadores. Eu gostaria até de conhecer porque o trabalhador é importantíssimo. Mas eles nunca estiveram

aqui! Então queria-se tirar ele do Conselho(PESQUISA DE CAMPO, 2004) .

Basicamente deveria haver maior participação dos produtores rurais e a inclusão de novas entidades importantes para que o Conselho se tornasse mais representativo.

Assim, no início de 2001, quando das novas indicações após o vencimento do primeiro mandato dos Conselheiros, as entidades tiveram que ratificar ou retificar seus respectivos membros. Mais uma vez o Conselho havia passado um longo período - cinco meses - sem se reunir.

Um dado surpreendente quando se observa a atuação do CMDR-Campinas é que os próprios conselheiros têm a nítida compreensão já mencionada de que *um conselho marcado fundamentalmente pela presença de políticos, de cooperativas e com tímida participação de agricultores das associações locais corre fortemente o risco de não ser mais que uma fraca correia de transmissão pela qual passam recursos federais* (ABRAMOVAY, 2001, p.130). Daí a constante preocupação com a recomposição do Conselho para que seus representantes tenham uma participação efetiva.

Observa-se assim que o principal fator que tem dificultado a atuação do Conselho é o peso muito grande das entidades do poder municipal e uma incorporação pequena da sociedade civil.

O que fica claro, portanto, quando se analisa o CMDR-Campinas, é que os Conselhos são exigências legais. São novos instrumentos de expressão com potencial de transformação política. A existência do Conselho, em si, enquanto exigência da lei, não garante nada. A sua presença como nova forma de elaboração de políticas públicas necessita que sejam operacionalizados com a efetiva participação cidadã (GOHN, 2000, 36).

As associações são importantes porque da perspectiva do Conselho, é fundamental conseguir a participação do agricultor de forma organizada, e não individual, isolada.

Vale a pena ressaltar que originalmente o Conselho possuía além de representantes dos poderes executivo e legislativo municipais

e de vários segmentos do setor agrícola e alguns representantes de entidades não diretamente voltadas para a agricultura.

A composição do CMDR-Campinas está sendo alterada, portanto, na tentativa de aumentar a sua representatividade. Assim, inclui-se, por exemplo, além do Grupo de Desenvolvimento Rural Sustentável (GDRS)- que já vinha participando como representante do Poder Executivo Municipal- cinco representantes de associações de produtores rurais, sediadas em Campinas. O objetivo é aumentar a participação da sociedade civil.

Observa-se ainda que há uma tentativa de eliminar representantes não diretamente voltados para a agricultura e incluir representantes do setor agrícola propriamente dito. As associações de produtores rurais passam a ter cinco representantes e os empregados rurais, que não vinham participando, deverão ser indicados por outras entidades caso o Sindicato dos Trabalhadores Rurais não os indique.

De qualquer maneira, a presença dos órgãos “oficiais” relacionados à agricultura é que garante a relativa força do CMDR-Campinas.

Embora a representação destas entidades garantam o funcionamento do CMDR-Campinas, lhe dá um caráter muito formal, como reconhecem os próprios presidentes e secretário do Conselho. Mais que isto, parcela significativa dos Conselheiros acredita que os próprios objetivos do Conselho são definidos por sua diretoria ou por esta em conjunto com o Grupo de Desenvolvimento Rural Sustentável, confirmando uma visão institucionalizada do Conselho. Mais que isto, indicando que mesmo um órgão criado com o objetivo de estimular a participação ainda é visto por parcela de seus integrantes como tendo seus objetivos definidos a partir de sua cúpula, e não pelo conjunto de seus integrantes.

No que diz respeito a garantir a atuação formal do Conselho, pode-se comparar este grande peso das entidades públicas no CMDR-Campinas ao estímulo dado ao PRONAF em outros municípios.

O caráter voluntário da participação no Conselho tem sido apontado como um obstáculo à participação.

Para os representantes do setor público este caráter voluntário de qualquer forma pesa menos, pois ele está sendo

remunerado no seu emprego. Para o trabalhador rural ou para o agricultor a participação significa perder o seu dia de serviço. Significa muitas vezes ter prejuízo econômico.

Em Campinas o problema da representação dos segmentos agrícola e não-agrícola dentro do Conselho de Desenvolvimento Rural se dá de forma diversa da realidade encontrada em grande parte dos Conselhos. Se normalmente há uma certa deficiência na representação dos setores não ligados à agricultura, aqui é o setor agrícola que precisa ser estimulado a participar. Apesar de ter uma série de instituições e organismos relacionados à agricultura, exatamente por ser uma cidade grande, as organizações de agricultores propriamente ditas são poucas.

Um outro ponto importante a ser destacado na composição do CMDR-Campinas, é que não há representação dos segmentos dos agricultores pluriativos, apesar de sua importância na região³. Ou seja, embora o novo rural seja composto de atividades agrícolas e não-agrícolas estas últimas não estão representadas no Conselho.

A nova composição do Conselho não deixa, porém, de refletir a preocupação com o revigoramento da agricultura de Campinas e de organizações de produtores levada a cabo principalmente pelo GDRS. Além disto, o próprio funcionamento do Conselho permitiu a elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural que teve como proposta de ação imediata articular a municipalização da assistência técnica e extensão rural no município.

Em Campinas, as associações de produtores rurais eram praticamente inexistentes. É interessante mencionar, de qualquer maneira, que não existe uma relação direta entre a presença de organizações de produtores fortes e uma rápida implementação do CMDR (MARINOZZI; MORAES, 2003, p.7).

A mencionada dificuldade de uma participação da sociedade civil no CMDR-Campinas não significa que eventualmente não se tenha uma participação mais expressiva de agricultores em suas reuniões. Na de 25 de setembro de 2002, por exemplo, logo na abertura da reunião o presidente destaca a presença de muitos

³ Demantova já havia feito esta observação em sua dissertação de mestrado.

agricultores dos bairros Pedra Branca e Reforma Agrária. Estava na pauta a ampliação do aeroporto de Viracopos e a possibilidade de transferência das cerca de 4.000 famílias a serem removidas para áreas rurais. Uma possibilidade era sua alocação no bairro Pedra Branca, que embora considerada área urbana, vem gerando emprego, renda e sustentabilidade do meio ambiente com a atividade agrícola. Assim, o Grupo de Desenvolvimento Rural Sustentável já havia dado um parecer negativo quanto à instalação destas famílias no local, e este parecer estava sendo encaminhado para o CMDR. Na ocasião o representante do sindicato rural repudiou veementemente o assentamento das famílias não só nas imediações do bairro Pedra Branca, mas também do Reforma Agrária e Descampado. A decisão foi no sentido do CDRS também encaminhar um parecer negativo à prefeitura, acompanhando a decisão do GDR e do Sindicato Rural. De qualquer forma tratou-se de uma participação eventual.

Um último ponto a ser destacado é que a lei orgânica do município aprovada em 1990 em seu artigo 184, parágrafo único prevê que *o Conselho Municipal de Agricultura deverá desenvolver os seus trabalhos de forma harmônica e coordenada com o Conselho Municipal de Meio Ambiente*. Assim, tem sido freqüente a presença de membros do Condema nas reuniões do CMDR-Campinas. Na reunião de 5 de março de 2002 comparece o próprio presidente do COMDEMA que além de discutir assuntos comuns aos dois Conselhos, enfatiza seu caráter deliberativo.

O GRUPO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SEGURANÇA ALIMENTAR (GDRS): UMA POSTURA DIFERENTE

Diferentemente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, o GDRS é um grupo de trabalho vinculado diretamente ao Gabinete do Executivo. Tem sede na Central de Abastecimento (CEASA-Campinas), sendo composto por três membros deste órgão, além dos titulares da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente (SEPLAMA) e Secretaria Municipal de Finanças, dois integrantes do gabinete, um da Casa da Agricultura e um do Escritório de Planejamento da Cidade.

Foi criado pelo Decreto nº 13.603 de 25 de abril de 2001, com a finalidade básica de revalorizar a zona rural e promover sua integração com as necessidades do município como um todo.

A intenção era que um órgão municipal voltado ao desenvolvimento agropecuário facilitasse a implementação de políticas públicas de integração urbano/rural, além de servir como centro de interlocução e pleitos de eventuais benefícios de programas agrários e agrícolas das demais esferas da administração estadual e federal que muitas vezes não chegam até o local⁴.

A proposta estava embasada em algumas hipóteses. A principal era a de que a manutenção da área rural ainda existente era fundamental para a preservação do meio ambiente da cidade, colocando assim a necessidade de se apoiar aqueles que permaneciam produzindo. A existência de uma área reformada - bairros Reforma Agrária, Pedra Branca e Descampado - mostrava a possibilidade da manutenção das atividades agrícolas. Nesta direção, a fruticultura, com alta tecnologia poderia ser uma oportunidade de geração de trabalho e renda. Para se viabilizar o programa era fundamental interromper o forte movimento especulativo nas áreas rurais que vinha sendo responsável pela criação de bolsões urbanos.

Para a manutenção/revalorização da agricultura era fundamental criar condições estruturais, como realizar a manutenção das estradas e pontes sem as quais a comercialização da produção tornava-se inviável e montar um banco de dados.

Pode-se dizer que a principal atuação do GDRS tem sido implementar uma política de apoio aos agricultores ainda produtivos devido a sua importância inclusive na preservação do meio ambiente em uma cidade grande como Campinas, colaborando para garantir seu direito de continuar produzindo.

Com relação às atividades, o GDRS tem organizado e promovido cursos de capacitação e encontros de organização dos produtores. Neste sentido, já promoveu dois encontros de Produtores Rurais. Tem realizado esforços também no sentido de facilitar e ampliar a exportação, principalmente de frutas, promovendo e

⁴ Esta referência foi retirada do documento Compra de área para instalação de equipamento público multifuncional no bairro rural Pedra Branca, mimeografado.

viabilizando, por exemplo, Encontro onde os produtores de frutas de Campinas firmaram acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, do Ministério da Saúde, para agilizar o Programa de Produção Integrada de Frutas (PIF)⁵.

O GDR tem também intermediado negociações com o Aeroporto de Viracopos para viabilizar exportação de perecíveis por Campinas, já que atualmente os produtores têm que enviar seus produtos por São Paulo. Exportando direto por Campinas, haveria redução de custos, aumento de produção e o conseqüente aumento na geração de empregos e saldo positivo na balança de pagamentos. Por iniciativa do GDR foram realizadas negociações com a Infraero e empresas aéreas (BOLETIM CEASA-CAMPINAS EMAÇÃO, ano I, n.2, p.9).

Ainda com relação ao estímulo à fruticultura, o GDR teve uma atuação decisiva visando incluir Campinas no Circuito das Frutas. Em dezembro de 2003, após aprovação pela Câmara, a prefeita sanciona e promulga a lei municipal nº 11.826 que autoriza o município de Campinas a participar do Consórcio Intermunicipal do pólo turístico do Circuito das Frutas. No processo de convencimento, além da movimentação política, inclusive junto ao governador do estado⁶, foi fundamental o trabalho do GDRS divulgando os dados da expressiva produção de frutas no município, superando até a de vários outros que já integravam o Circuito. Com relação à fruticultura, Campinas ocupa o quarto lugar se comparada com os oito municípios que compõem o Circuito das Frutas. Apesar do esforço do GDRS, do decreto lei do executivo autorizando o município de Campinas a participar do Consórcio Intermunicipal do pólo Turístico do Circuito das Frutas e do apoio do Governador do Estado, o município de Campinas não foi incluído no Consórcio.

Também foi inédita a iniciativa de organizar a Semana do Produtor Rural, criada por projeto de lei, cujo objetivo é evidenciar, conhecer e valorizar a agropecuária.

⁵ O PIF consiste no acompanhamento de todas as fases de produção, desde o plantio até a comercialização e embalagem. O objetivo é auxiliar o produtor de frutas para que consiga melhor performance do produto (Boletim Ceasa-Campinas em Ação, Ano I, nº4, outubro/dezembro de 2003).

⁶ Em 18 de setembro de 2003, por exemplo, os agricultores aproveitaram a vinda do governador a Campinas, para reiterar a solicitação.

Em 2004 a Semana foi marcada por dois eventos. A primeira Feira de Produtos Rurais de Campinas e o II Encontro de Produtores Rurais de Campinas.

Com relação ao II Encontro de Produtores Rurais, o evento reuniu mais de 100 pessoas. Ao mesmo tempo que foi realizado um balanço das atividades já realizadas pela administração municipal na área rural, foram definidas prioridades de ações futuras. Com relação a este último ponto, optou-se pela continuidade e ampliação do programa de melhorias das estradas, ampliação da infra-estrutura no campo nas áreas de telefonia e transporte público e ampliação da Guarda Municipal Rural e Ambiental (BOLETIM CEASA-CAMPINAS EM AÇÃO, ano II, n.5, p.11).

A melhoria das estradas na área rural tem sido uma das atuações mais destacadas do GDRS e um das principais reivindicações dos agricultores.

Cumprе salientar que a atuação do GDRS tem significado uma retomada da capacidade do município implementar instrumentos e diretrizes de planejamento e ordenamento do desenvolvimento, principalmente no meio rural.

Isto torna-se importante quando se recorda que no cenário de aplicação de políticas neoliberais, inclusive com relação aos municípios, as administrações de Campinas tiveram diminuída sua capacidade de utilizar instrumentos e implementar diretrizes de planejamento e ordenamento do desenvolvimento urbano e rural. A ocupação inadequada do solo não deixa de ser consequência deste processo.

Não podemos deixar de lembrar ainda que até finais da década dos oitenta, a regulação dos espaços rurais era identificada exclusivamente com seus usos agropecuários e constituía um domínio exclusivo da União, e secundariamente dos estados, não tendo, o poder público municipal, papéis ou funções a desempenhar no que se referisse às zonas rurais produtivas ou não dos municípios⁷.

Uma das consequências foi a ausência de regulação de atividades agropecuárias, que se tornaram particularmente vulneráveis

⁷ Estas informações constam do documento elaborado pelo GDRS intitulado Compra de área para instalação de equipamento público multifuncional no bairro rural Pedra Branca.

em situações onde concorrem desigualmente com usos urbanos da terra na maior parte das vezes mais compensadores. Áreas exclusivamente de destinação produtora de alimentos passaram a abrigar atividades não-agrícolas ou a serem complementadas por estas. Sem desprezar a crescente importância das atividades não-agrícolas, cumpre reconhecer que os agricultores que optaram por continuar nas atividades agrícolas devem ter seus direitos assegurados, o que significa o estabelecimento de intervenções que favoreçam a sua manutenção. Manutenção que evita o aumento da já enorme área ociosa na área rural, com todos os impactos negativos tanto do ponto de vista ambiental como social.

O GDRS tem tido uma atuação importante no que diz respeito a encaminhar reivindicações destes agricultores. Exemplo concreto neste sentido foi a proposta de compra de área, definida já no Orçamento Participativo, destinada à instalação de um centro comunitário multifuncional na região do bairro rural Pedra Branca que permitiria ao grupo ter local adequado para *discutir seus problemas, preservar suas tradições culturais, religiosas, seus costumes em geral, organizar atividades esportivas, educacionais, culturais, e de aperfeiçoamento técnico na agricultura*. O Centro seria ainda um espaço adequado para a promoção dos produtos agropecuários cultivados na região.

Pode-se perceber que no que diz respeito a questão dos direitos sociais, o GDRS teve uma atuação significativa com relação à organização dos pequenos produtores que ainda desejam manter suas propriedades produtivas. Isto significou a inclusão na elaboração de políticas públicas de uma parcela da população que estava alijada de qualquer proposta neste sentido.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Campinas, como se pode observar, acabou por implementar não apenas o Conselho de Desenvolvimento Rural constituído, mas também um grupo específico, o GDRS, para a elaboração de propostas voltadas para o seu meio rural. Assim, uma questão relevante é verificar em que medida a atuação de ambos se diferencia.

Num primeiro olhar fica clara a proximidade entre ambos. O GDRS facilita a execução daquilo que é proposto pelo CMDR, fazendo os encaminhamentos com maior agilidade e atuando praticamente como uma Secretaria de Agricultura Municipal de Agricultura, que não existe em Campinas.

Esta complementaridade fica clara quando se observa que grande parte dos objetivos são simultaneamente priorizados pelo CMDR e pelo GDRS.

De qualquer maneira, a diferença fundamental entre o CMDR-Campinas e o GDRS reside no caráter apenas Consultivo do primeiro, enquanto o GDRS tem como objetivo pensar e ao mesmo tempo **desenvolver** projetos específicos para a área rural de Campinas.

Em outras palavras, pela sua própria constituição e vínculo direto com o Executivo, o GDRS tem maiores condições de implementar ações pretendidas. Neste sentido é preciso ressaltar que o próprio GDRS coloca em seu folder de apresentação, o fortalecimento da organização dos produtores rurais e do **Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural** entre as ações que vem desenvolvendo.

De qualquer maneira não se pode deixar de ressaltar a tensão que existe entre o Conselho e o GDRS desde a sua origem.

O GDRS teve, pelo menos num primeiro momento, o objetivo de se contrapor ao já mencionado “pecado capital” do Conselho de ter nascido bastante institucionalizado, insistindo no fortalecimento das organizações dos produtores rurais e sua participação no Conselho.

Um outro ponto de atrito, talvez o mais importante, é que o CMDR tinha, na visão do GDRS, um caráter de classe muito acentuado. Ou seja, o sindicato patronal rural tinha uma presença decisiva no Conselho e este praticamente atuava no sentido de garantir o direito de propriedade destes. O fato do Partido dos Trabalhadores ter assumido a administração municipal gerou um certo receio de que fosse haver alterações na propriedade da terra.

Em outras palavras, ao ser criado o GDRS passou a ter uma proposta inovadora para o espaço rural de Campinas: valorizá-

lo, integrá-lo ao desenvolvimento do município. Proposta muito mais ampla do que aquela do Conselho de Desenvolvimento Rural. Este último muito mais voltado para garantir a propriedade da terra, sem se preocupar inclusive com uma dos grandes desafios do GDRS que era o de impedir os bolsões urbanos cada vez mais freqüentes com a transformação descontrolada de áreas rurais em urbanas. A preocupação de pedir apoio para a agricultura, revalorizá-la, era uma questão menor para o Conselho, enquanto era a grande meta do GDRS.

Esta postura mais ampla do GDRS em defesa da agricultura inclusive como tendo um papel importante na preservação do meio ambiente, fica clara também no depoimento do primeiro presidente do Conselho e integrante do GDRS:

Quando nós começamos aqui, eu estava trabalhando em São Paulo e vim prá cá, nós encaramos assim que o rural de Campinas tinha uma certa importância. Qual a importância do rural? Você pega uma área de aproximadamente 80 mil hectares Uma gestão municipal ela tem que pensar o município como um todo. Se você está dentro de uma lógica de valorizar os dois por cento das pessoas que estão ocupando 50% da área você tem que desenvolver algumas ações ao nível do governo municipal. A tendência...é realmente abandonar . (PESQUISA DE CAMPO, 2004) .

Não é demasiado afirmar que o GDRS tem uma preocupação em estabelecer regras. *Regras no sentido de criar formas de garantir proteção social ... que evite, de alguma maneira que a lógica de mercado e de lucro passe da economia para a sociedade* (SANTOS, 2003, p.18 grifos VLGSR).

Esta talvez seja a principal diferença entre o CMDR-Campinas e o GDRS: o segundo possui, enquanto órgão diretamente envolvido com a elaboração de políticas públicas, uma postura de estabelecer para esta *um formato que tenha como suposto um Estado que ponha limites políticos democráticos à lógica do capital* (LESBAUPIN et al., 2003, p.87).

Assim, diferentemente do que acontece com relação aos Conselhos em regiões onde a agricultura já possuía uma importância a atuação do CMDR-Campinas e mais especificamente do GDRS, foi no sentido de mostrar a importância da agricultura e de sua preservação.

Um outro ponto de conflito entre o Sindicato e o GDRS era a atuação ainda muito clientelista deste junto a alguns deputados. A importância do Conselho enquanto órgão destinado a aumentar a gestão participativa não era valorizada, pois os agricultores, ainda através do Sindicato, adotavam práticas corporativistas, através das relações diretas com alguns políticos.

Isto nos faz lembrar que a sociedade brasileira é uma “sociedade de história lenta” como bem ressalta Martins, onde a força do passado dificulta as mudanças sociais. *Tomando como base a tradição oligárquica no Brasil, o autor destaca, com razão, que “todo o sistema estava, por isto, baseado em mecanismos de intermediação política de fundamento patrimonial* (WANDERLEY, 1996, p.98).

Assim, a despeito da novidade, os avanços que ocorrem nesse âmbito - com o surgimento de grupos com interesses muito diversificados e com várias formas de atuação - são na maioria marcados por um corporativismo o mais cru. Estes grupos caracterizam-se pela ausência absoluta de legitimidade, implicando a impossibilidade de seu mútuo reconhecimento como atores coletivos com existência social validada, ou seja, com capacidade de exercer sua autonomia como atores sociais.

Em outras palavras, trata-se de uma sociedade onde o tradicional convive com o novo, onde “a dominação oligárquica da troca como favor, que eliminou da vida pública as maiorias (índios, negros, mulheres, analfabetos) durante séculos, impedindo a conquista da cidadania, permanece rejuvenescida” (WANDERLEY, 1996, p.98).

Em grande medida é este cenário que explica a existência e a necessidade do CMDR e do GDRS nas suas aproximações e divergências.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **O Capital Social dos Territórios**: Repensando o Desenvolvimento Rural Seminário sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável Fortaleza, CE, 2000.

ABRAMOVAY, R. Conselhos Além dos Limites Dossiê Desenvolvimento Rural, **Estudos Avançados**, USP, v.15, n.43, set./dez. 2001.

AUGUSTO, M.H.O. Políticas Públicas, e Políticas de Saúde: algumas questões para debate, In: **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, v.1, n.2, 1989, p.105-120.

ARRETCHE, Marta T.S. Mitos da Descentralização: Mais democracia e eficiência nas políticas públicas? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.31, junho de 1996.

BOLETIM CEASA - Campinas em Ação, ano I, n.2.

CACCIA BAVA, S. Os Conselhos como Instrumento da Sociedade Civil. In: CARVALHO M.C.A.A.; TEIXEIRA. A.C.C. (Orgs.). **Conselhos Gestores e Políticas Públicas**, Polis, São Paulo, 2000.

DAGNINO, E. (Org.). **Anos 90 Política e Sociedade no Brasil**. Brasiliense, São Paulo, 1994.

DEMANTOVA, G.C., ARRAES, N.A.M. A eficácia dos Conselhos Gestores: estudo de caso do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Campinas, SP. Trabalho apresentado no **VI Congresso de Sociologia Rural**, ALASRU – Porto Alegre, nov. 2002.

GARRIDO, C.S.; ROCHA, A.S. Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável: em Busca dos Consórcios Intermunicipais como forma de Alcançar o Desenvolvimento Rural Sustentável. Trabalho apresentado no **XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural** Juiz de Fora, jul. 2003.

GOHN, M.G. **Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica**, São Paulo, Cortez, 2003.

GOHN, M.G. Os Conselhos de Educação e a Reforma do Estado In: CARVALHO M.C.A.A.; TEIXEIRA. A.C.C. (Orgs.). **Conselhos Gestores e Políticas Públicas**, Polis, São Paulo, 2000.

GRAZIANO DA SILVA, J.F. **De bóias-frias a empregados rurais**, Edufal, Maceió, 1997.

GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA, **Idéias**, 5(2) 6(1), IFCH/ UNICAMP, 1998/1999.

HERREROS, F.; FRANCISCO, A. (Orgs.). **Capital Social, Zona Abierta**, 94/95, Madrid, 2001.

LESBAUPIN, I. (Org.). **O Desmonte da Nação: balanço do governo FHC**, Vozes, Petrópolis, 2003.

MARINOZZI G.; MORAES J.C. de Caracterização dos Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado de Goiás e seu Papel na Gestão Participativa do Desenvolvimento Territorial. Trabalho apresentado no **XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**, Juiz de Fora, julho de 2003.

MORAES, R.C.C. Liberalismo e Neoliberalismo: uma introdução comparativa **Primeira Versão** 73 IFCH/UNICAMP, novembro de 1997.

MOYANO ESTRADA, E. El Concepto de Capital Social y Su utilidad para el Análisis de las Dinámicas del desarrollo **Revista de Fomento Social**, 56 35-63 Madrid, 2001.

MUSSOI, M.E. Estado, descentralização, políticas públicas e novas instâncias participativas: o caso da agricultura em Santa Catarina. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis 1999, p.11-39.

PIERUCCI, A.F. Ciladas da Diferença, In: **Tempo Social**, revista de Sociologia da USP, São Paulo 2 (2) , 1993.

SALES, T. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, a.9, n.25, jun. 1994.

SANTOS, B.S. Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In HELLER, Agnes et al. **A Crise dos Paradigmas em Ciências Sociais e os Desafios para o Século XXI**. Rio de Janeiro, Contraponto/Corecon, 1999.

SANTOS, B.S. Democratização da Democracia e Pacto Social In: **ABONG** Governo e sociedade civil: um debate sobre espaços públicos democráticos Peirópolis, São Paulo, 2003.

SCHNEIDER, S.; SILVA, M.K.; MARQUES, E.M. **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**, UFRGS editora , Porto Alegre, 2004.

TATAGIBA, L. Os Conselhos Gestores e a Democratização das Políticas Públicas no Brasil, In: DAGNINO, E. **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**, São Paulo, Paz e Terra 2002.

SCHNEIDER, S.; KUNRATH SILVA, M. A participação dos agricultores nas políticas de desenvolvimento rural: a experiência recente dos Conselhos Municipais e os impactos do PRONAF Infra-estrutura e serviços **XI Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia**, UNICAMP, Campinas, Set. 2003.

VEIGA, J.E. Desenvolvimento Territorial do Brasil: Do entulho varguista ao zoneamento ecológico-econômico. **Revista da ANPEC**, 1-20, 2000.

WANDERLEY, M.N.B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas o “rural” como espaço singular e ator coletivo **Estudos Sociedade e Agricultura** , n.15, p.87-146, Rio de Janeiro, out. 2000.

WANDERLEY, W. Luiz Eduardo. Participação Popular, Poder Local e Conselhos **São Paulo em Perspectiva**, 5(2): p.23-30, abril/junho 1991.

WANDERLEY, W. Rumos da ordem pública no Brasil: a construção do público **São Paulo em Perspectiva**,10(4) p.96-106, 1996.

WOOLCOCK, M. Social Capital and Economic Development: toward a theoretical synthesis and policy framework. **Theory and Society**, n.27 p.151-208, march 1998.

NOVAS DEMANDAS, NOVOS TEMPOS. O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL NAS ORGANIZAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

Reginaldo GUIRALDELLI¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a gênese do Serviço Social no Brasil e seus percalços históricos em decorrência dos aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais apresentados ao longo do tempo em contextos diversificados. Além disso, buscar-se-á uma compreensão das Organizações e a inserção do Assistente Social nas mesmas, tendo em vista os limites e as possibilidades da atuação profissional.

Palavras-chave: serviço Social, organizações, prática profissional.

SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: GÊNESE, HISTÓRIA, ASPECTOS LEGAIS E CONJUNTURA

O Serviço Social no Brasil surge na década de 1930 para dar respostas não aos segmentos que buscavam na assistência

¹ Mestrando em Serviço Social pela UNESP/Franca e membro do Núcleo de Pesquisa "Mentalidade e Trabalho: do local ao global" da UNESP/Franca-SP.

social medidas legítimas para a situação de miséria e desemprego até então apresentada na conjuntura da época, e sim para atender aos interesses da tríade: Igreja Católica, Estado e elite dominante que viam neste um elemento de contenção dos conflitos sociais que se expandiam de forma desenfreada.

No mais, o Serviço Social surge no desenrolar da “questão social”, expressão do antagonismo capital/trabalho que se iniciou na década de 1920 no contexto brasileiro. Tal elemento representa a matéria-prima do trabalho do assistente social.

Por “questão social”, como salienta Iamamoto e Carvalho (2000, p.126) entende-se a emergência da classe operária na cena política exigindo do Estado seu reconhecimento e necessidades, com vistas a adotarem políticas públicas que atendessem seus interesses. Essa classe operária era diversificada e plural, representada em sua maioria por imigrantes, além dos trabalhadores marginalizados que deixaram o campo e buscavam no espaço urbano uma melhoria nas suas condições de vida e trabalho.

É importante destacar que no bojo do surgimento do Serviço Social, o Brasil e o mundo atravessavam inúmeros problemas como a crise da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929, o regime nazifascista na Europa, o governo de Getúlio Vargas, o surgimento do Partido Comunista Brasileiro e a Semana de Arte Moderna em 1922.

Conforme elucida Iamamoto e Carvalho (2000, p.131), a primeira medida jurídica criada para atender aos anseios da população operária ocorreu em 1919, sendo uma legislação social que responsabilizava as empresas pelos acidentes de trabalho.

No contexto de seu surgimento, a ação do Serviço Social foi de suma importância para a manutenção e reprodução da ordem estabelecida. A constituição do Serviço Social serviu essencialmente para atender aos interesses do capital e dar respostas às necessidades de sobrevivência dos trabalhadores.

Conforme demonstra Martinelli (2000, p.115), o Serviço Social brasileiro sofre as influências do Serviço Social europeu orientado por um viés sociológico conservador e abordagem grupal. No início do século XX as idéias de Auguste Comte (1798-1857) e de Émile Durkheim (1858-1917) floresciam com êxito por toda a Europa.

Tal corrente seguia em direção contrária ao Serviço Social americano, voltado para uma linha psicanalítica com abordagem individual.

As ações dos assistentes sociais estavam voltadas para práticas de cunho assistencialista sendo vistas como benesses, doações e não numa perspectiva de direito de cidadania. Por um longo período tais ações se restringiram à medidas paliativas, focalistas e com forte influência da moral cristã.

As intervenções realizadas pelos assistentes sociais consistiam essencialmente na adaptação do indivíduo ao meio social e em pesquisas das causas e dos males sociais não só para remediar, mas visando a prevenção de seu reaparecimento e para curá-los.

[...] os Assistentes Sociais vêem a necessidade de intervir na crise de “formação moral, intelectual e social” da família. É necessário reajustá-la através de uma ação educativa de longo alcance, para que obtenha um padrão de vida que lhe possibilite um “mínimo de bem-estar material”, a partir do qual se poderá começar sua reeducação moral. Procuram, portanto, segundo uma perspectiva muito próxima à filantropia tradicional – que tanto criticam – minorar de forma autoritária e paternalista esses problemas de ordem material (IAMAMOTO; CARVALHO, 2000, p.206).

As escolas de Serviço Social surgem na década de 1930 em detrimento da necessidade de uma melhor qualificação e preparo técnico para a intervenção na realidade. Tal intervenção era contagiada por uma política de cunho paternalista e autoritária. A primeira escola de Serviço Social surge em São Paulo no ano de 1936, porém conforme ressalta Iamamoto e Carvalho (2000, p.186), foi na década de 1940 que começou a expansão dos cursos pelos diversos Estados do país e em 1947 realizou-se o I Congresso Brasileiro de Serviço Social.

A necessidade de formação técnica especializada para a prática da assistência é vista não apenas como uma necessidade particular ao movimento católico. Tem-se presente essa necessidade, enquanto necessidade social que não apenas envolve o aparato religioso, mas também o Estado e o empresariado (IAMAMOTO; CARVALHO, 2000, p.184).

Embora se buscasse tal qualificação, havia uma grande fragilidade teórica, visto que a formação do profissional se consistia em conhecimentos morais e éticos, sob a influência do pensamento católico. Isso faz se notar na atuação do profissional que realizava aulas de trabalhos manuais, por exemplo, tricô, orientações concernentes à higiene, moral, orçamento doméstico, aconselhamentos, dentre outros. Para sintetizar, as escolas de Serviço Social ensinavam a cozinhar, lavar e passar roupas, realizar a limpeza da casa, visitar domicílios, bordar e outras atividades da vida cotidiana dos trabalhadores.

Outro aspecto que merece destaque é a predominância feminina no Serviço Social brasileiro, que no seu surgimento alimentava a ideologia de que a mulher possuía qualidades peculiares para atuar na área social.

Em suma, para a formação do Assistente Social eram necessários quatro elementos, segundo Iamamoto e Carvalho (2000, p.223): a base científica, técnica, moral e doutrinária.

É nesse emaranhado de relações que surge o Serviço Social e com ele,

[...] as grandes instituições assistenciais e previdenciárias que, articuladas com os setores dominantes, procuram responder às pressões dos setores urbanos em desenvolvimento, passando as iniciativas assistenciais, incorporadas pelo Estado, a constituir mecanismos de apoio à aceleração do processo de desenvolvimento capitalista do país (SILVA, 1995, p.24).

Dentre as instituições surgidas no período merecem destaque o Conselho Nacional de Serviço Social no ano de 1938; a Legião Brasileira de Assistência em 1940; o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial em 1942; o Serviço Social da Indústria (SESI), o Serviço Social do Comércio (SESC) e a Fundação Leão XIII em 1946.

No cerne da expansão de algumas instituições, algumas delas destacadas acima, o mercado de trabalho para o Serviço Social vai ganhando campo e legitimação, o que vai marcar a profissão no que tange ao seu caráter de atividade institucionalizada.

No ano de 1948 elabora-se o Código de Ética Profissional, pautado na doutrina neotomista e positivista, com vistas à “fazer o bem”. Os Códigos de Ética posteriores, de 1965 e 1975 também terão tais influências. Somente o Código de Ética de 1986 vai romper com essa perspectiva tradicional, já orientado por um viés marxista.

Na década de 1960 a conjuntura nacional e internacional passa por inúmeros problemas de ordem política, econômica, cultural e social.

No Brasil, especificamente, João Goulart assume a presidência do país mediante a renúncia de Jânio Quadros, com vistas a uma política populista radicalizada que objetivava a ruptura com a internacionalização da economia brasileira, propondo um nacionalismo desenvolvimentista.

É necessário fazer menção que nessa década a Teologia da libertação vem à tona e passa a ser considerada como uma ala subversiva da Igreja Católica.

Nesse período, os assistentes sociais comprometidos com essa nova perspectiva, muitos assumindo o posicionamento dos cristãos de esquerda, engajam-se no MEB, organizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, voltando-se, inicialmente, para um trabalho de alfabetização, passando depois para a animação popular e para um trabalho de sindicalização. Dá-se também a participação de alguns assistentes sociais nos trabalhos de cultura popular de Paulo Freire, despontando o emergir de uma prática profissional questionadora do *status quo* (SILVA, 1995, p.29).

O ano de 1964 marca a instauração do regime militar no Brasil, fruto de um golpe estratégico, e que significará durante 21 anos um governo de repressão, torturas, prisões, tudo isso pautado na concepção da Segurança Nacional. Tal regime adota uma política econômica com abertura internacional, fazendo crescer o Produto Interno Bruto (PIB) e gerando o que ficou conhecido por “Milagre Brasileiro”, que na verdade contribuiu para o acirramento das desigualdades sociais. O direito de greve é abolido e “Em consequência a política social se coloca como estratégia para atenuar

seqüelas do desenvolvimento do capitalismo monopolista no país, marcado pela superexploração da força de trabalho e pela forte concentração de renda” (SILVA, 1995, p.32).

Nesse quadro, o Serviço Social já havia sofrendo algumas mudanças significativas numa ala da profissão, onde emergia uma vertente crítica que objetivava alterações no seio da profissão. É nessa década que dar-se-á início ao que ficou conhecido por Movimento de Reconceituação do Serviço Social. Tal movimento não é um fenômeno peculiar do Brasil e sim verificado também nos países do Cone Sul, que insatisfeitos pela conjuntura estabelecida, buscavam a superação de seus limites teórico-metodológicos e político-ideológicos.

Diante do quadro exposto, torna-se imprescindível um repensar da prática do Serviço Social, sendo que se tornava cada vez mais necessária uma ação eficiente e eficaz para as respostas institucionais e sociais.

Em busca dessa reformulação, realiza-se em 1967 o Encontro de Araxá e em 1972, o Encontro de Teresópolis. Assim, o Serviço Social propunha a ruptura com seu caráter de neutralidade e com os interesses dominantes, além de buscar o compromisso com a população usuária.

[...] o Movimento de Reconceituação procura se orientar por uma perspectiva dialética, com base na concepção de Estado ampliado, que permite perceber a instituição como espaço contraditório e de luta de classes. A partir daí, começa a se desenvolver um esforço no sentido de fortalecer a prática institucional, vista na sua articulação com os movimentos sociais populares organizados, passando a se configurar a possibilidade de uma dissolução entre os objetivos institucionais e os da prática profissional (SILVA, 1995, p.39-40).

A emergência do Movimento de Reconceituação tinha o intuito de questionar e refletir o referencial teórico-metodológico do Serviço Social, seja no plano político, social, técnico ou ideológico.

Com o Movimento de Reconceituação, conforme sustenta Netto (2001), o Serviço Social se processará em três direções, sendo elas: 1) a perspectiva modernizadora, influenciada pela vertente

funcional-estruturalista; 2) a reatualização do conservadorismo, com cunho psicologizante e traços da doutrina social da Igreja, e; 3) a intenção de ruptura, que inspirada nas obras de Marx realiza críticas ao Serviço Social tradicional. *

Na década de 1970 o país atravessa uma onda de crises decorrente da desmistificação do “Milagre Brasileiro”, a crise do petróleo, altos índices inflacionários, dívida externa elevada, desembocando numa crise alarmante do Estado.

Nessa mesma década, o Serviço Social se apropria do marxismo, representado pela vertente estruturalista de Althusser, que analisava as instituições como aparelhos ideológicos do Estado.

Já no final dos anos de 1970 inicia-se a “abertura” política com o governo João Batista Figueiredo (1979-1985), além dos movimentos de trabalhadores e sindicais que ressurgiam em meio à repressão da época.

Nos anos 1980 a Teoria Social de Marx passa a ser apropriada pelo Serviço Social diante de um processo de “ruptura” com o chamado Serviço Social Tradicional. A profissão começa a questionar a essência da sociedade capitalista, rompendo com a prática neutralizada e de caráter harmonioso, para atuar de forma crítica nos conflitos e contradições apresentados, com vistas à transformação social.

Em 1985 presencia-se na sociedade brasileira o fim da ditadura militar e o advento da Nova República.

O Estado apresenta sinais de esgotamento diante da crescente dívida externa, arrocho salarial, inflação elevada e um quadro de pobreza alarmante.

A assistência social passa a ser utilizada como forma de administrar a miséria na busca de evitar o aprofundamento da questão social e ampliar as bases de legitimidade social do governo, na medida em que procura incorporar reivindicações e necessidades imediatas de sobrevivência, direcionando-se para os setores populares mais marginalizados, individualizando-os, e buscando, com isso,

esvaziar e imobilizar a organização e a resistência desses grupos enquanto classe (SILVA, 1995, p.47).

O novo Estado elege como prioridade a estabilização econômica, realizando reformas estruturais por meio de incentivos estrangeiros e ditames do FMI e do Banco Mundial, sem se importar com as conseqüências sociais de tais políticas adotadas.

A promulgação da Carta Magna em 1988, marco histórico para a sociedade brasileira, resultante de árduas lutas e reivindicações, representou no plano jurídico-institucional a conquista de inúmeros direitos de cidadania que até então não eram reconhecidos em âmbito nacional.

É nesse ínterim que a assistência social adquire o status de política pública, dever do Estado e direito do cidadão². Porém, será com a aprovação da Lei nº8742, de 07 de dezembro de 1993, a LOAS, Lei Orgânica da Assistência Social, que a política de assistência social se torna regulamentada, visto que são definidos os princípios doutrinários e organizativos.

Tal momento pode ser considerado uma conquista na trajetória da assistência social brasileira, pois a concretização dos referidos aspectos legais foi resultado de incomensuráveis debates, esforços, mobilizações e lutas por parte da categoria profissional de assistentes sociais, demais trabalhadores da área social e da sociedade civil.

Também em 1993, é formulado um novo Código de Ética Profissional, que tem por objetivo romper com os resquícios do Serviço Social Tradicional. Esse Código pauta-se em princípios de igualdade, liberdade, justiça social, além de focar a questão do pluralismo na profissão.

Mesmo com a Constituição Federal de 1988, a promulgação da LOAS e do Código de Ética Profissional em 1993, a assistência social não perdeu seu caráter de seletividade. Tal situação legitima o que Lamamoto (2003, p.161) salientou como sendo o assistente social um “juiz rigoroso da pobreza”.

² Segundo Silva (2001, p.8), “[...] cidadão é aquele que usufrui os bens e serviços produzidos socialmente e participa de forma livre, consciente e autônoma das decisões sobre a vida de seu país, em todas as dimensões (política, econômica, cultural, ética, etc.) e esferas de exercício do poder”.

Ao adotar a política neoliberal, o Estado brasileiro minimizou suas atenções para a esfera social, dando ênfase à lógica do capital. Tal política representou a retração estatal e o desmonte de uma série de direitos até então conquistados em decorrência de árduas lutas e do protagonismo da sociedade civil³.

Nesse contexto, o Estado passa a transferir parcelas de sua responsabilidade social para a sociedade civil, o que propiciou a expansão do Terceiro Setor.⁴ De fato, o que ocorreu foi a redução e a falta de investimento em políticas sociais públicas, transferindo esse ônus para a esfera privada.

Outro elemento crucial nesse cenário é que o Brasil não se constituiu como um Estado de Bem-Estar Social, diferentemente de alguns países do norte tidos por desenvolvidos e de orientação social-democrata. O Estado de Bem-Estar não alterou o modo de produção, e sim, manteve o sistema capitalista, porém provocou significativas mudanças pautadas em princípios de igualdade e coletividade.

A partir do governo Collor, o Brasil adere aos propósitos do neoliberalismo que atingirá diretamente a política de assistência social que “perde” sua dimensão pública e universal⁵.

Conforme salienta Sposati,

[...] cabe à assistência social responder por um conjunto de necessidades sociais, mesmo que estas se apresentem com maior incidência para os que menos têm. Isto não deve, e não pode, significar que a assistência social é uma política para as necessidades do pobre necessitado. Uma política social deve operar com o horizonte de universalidade de cidadania (SPOSATI, 2001, p.58).

³ Conforme Francisco José Soares Teixeira (1996), o neoliberalismo retoma a tese de que o mercado é a única via capaz de coordenar os problemas sociais, e sendo assim, objetiva que o mercado seja a instância onde os problemas apresentados pelos homens sejam solucionados.

⁴ Como sustenta Cavalcanti (2001), o Terceiro Setor não é Estado nem mercado, são organizações não-governamentais. Tal setor corresponde a uma área estratégica da economia, tendo crescido expressivamente nos últimos anos, gerando empregos e lucros para a economia. Em 1998 é consolidado o marco legal do Terceiro Setor, que dispõe sobre a qualificação das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP.

⁵ Paiva & Rocha (2001, p.99), destacam que “[...] o financiamento da área da assistência social é, sem dúvida, um dos determinantes da impotência desta política pública. A ação financiada pelo governo federal tem oscilado entre 1% e 2% do Orçamento da Seguridade Social, quando o compromisso do fundo público deveria contemplar aumentos anuais, a partir do mínimo de 5% do orçamento, conforme decisões das duas Conferências Nacionais realizadas pelo movimento social erguido em defesa da LOAS”.

Diante da conjuntura apresentada, o Brasil encerra o século XX e adentra o século XXI com inúmeros problemas sociais que clamam respostas efetivas e emergentes, como a miserabilidade de grande parcela da população, o desemprego em dimensão estrutural, fruto da reestruturação capitalista, acirramento das desigualdades sociais, guerras xenofóbicas, expressando a intolerância humana, agravamento da “questão social” e atualmente uma crise política na gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva que desestrutura ainda mais o aparelho estatal e deixa a população sem perspectiva de melhorias para a vida em sociedade.

Assim, novos desafios são colocados para os profissionais do Serviço Social no trato da “questão social”, onde estes precisam buscar ações e políticas que atendam a população e possam garantir os direitos básicos de cidadania.

A PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA ATUALIDADE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

O tema da prática, pouco teorizado mas muito debatido, é por todos evocado. Costuma ser tratado com certo reducionismo, quando não considerado um tema menor, um objeto teoricamente pouco significativo. Isto se deve ao fato de o mesmo se apresentar como se fosse uma coisa óbvia, de todos conhecida (GENTILLI, 2001, p.74).

Diante do que foi descrito faz-se necessária uma abordagem da prática profissional do assistente social nas organizações nos dias atuais, entendendo o Serviço Social como um campo do saber circunscrito na divisão sócio-técnica do trabalho, de natureza interventiva, que surge no Brasil no século XX para atuar no trato da “questão social”. Além disso, tratar a problemática é um aspecto crucial, visto que em todos os espaços de atuação haverá organização, já que esta existe em todas as formas da vida em sociedade, sendo constituída desde o início da humanidade. Vale destacar que organização é analisada aqui como qualquer agrupamento humano, consistindo numa estrutura formalizada, ou seja, presença da hierarquia, com ordenamentos, disciplina e objetivos comuns. As organizações devem ser entendidas como heterogêneas, sendo um

sistema social formado por pessoas que mantém entre si relações sociais, destacando que em qualquer forma organizativa humana há relações de poder. Não existe na história qualquer forma de organização social que não se tenha dividido em dois grupos: o dos que mandam e o dos que obedecem. Em suma, as organizações se pautam pelos princípios de eficiência e eficácia, com vistas a utilizar de forma racional seus recursos a fim de atingir seus objetivos propostos.

Com isso, não é possível desvencilhar a prática do assistente social de uma organização, já que atua com organizações familiares, ONG's, instituições privadas, órgãos judiciários, o aparelho Estatal (até então o maior empregador da categoria), enfim, uma série de organizações que vão tendo modificações ao longo do tempo e exigindo do profissional novas posturas, conhecimentos e práticas, conforme as mudanças sociais apresentadas.

[...] não são os trabalhadores sociais que estão provocando as mudanças institucionais mais significativas. São as novas políticas exigidas pelo processo de modernização que estão impondo novos padrões de eficácia e eficiência. Não se deve entender modernização como uma evolução autônoma, mas como resultante do processo global das contradições sociais (FALEIROS, 2001, p.31).

Isso é notório quando se faz um balanço histórico das transformações ocorridas no século XX, como a inovação tecnológica, o que propiciou a robotização e o surgimento dos microcomputadores, os avanços no campo da medicina, o individualismo exacerbado, a mercantilização da vida, a corrida armamentista e principalmente as mutações verificadas no mundo do trabalho, decorrentes da reestruturação do capitalismo, causando rebatimentos profundos na vida do trabalhador, seja ele da área urbana ou rural. Esses fenômenos ocorridos principalmente na segunda metade do século XX, denominou-se Revolução Tecnológica ou Terceira Revolução Industrial. Tal fato provocou desemprego abundante e aprofundou o quadro de miséria de grande parte da população, fazendo com que esta buscasse no Serviço Social medidas efetivas e respostas concretas para o quadro emergente.

Além disso, verifica-se na atual conjuntura a desestruturação do Estado, onde este minimiza os gastos com as políticas sociais conferindo tal responsabilidade à sociedade civil. O que se tem hoje é uma mercantilização dos serviços sociais, que no dizer de Faleiros,

Esta mercantilização implica a transformação de situações de perda de capacidade de trabalho em fontes de lucro. Isto se vê, por exemplo, na compra e venda de serviços de saúde, na compra e venda de seguros sociais, na compra e venda de educação, na compra e venda de informações, e de forma bastante direta. Em relação aos seguros, o beneficiário paga previamente sua aposentadoria ou serviços médicos ou outros benefícios que venha a obter (FALEIROS, 2001, p.22).

Portanto, o novo cenário gerou conseqüências nefastas para muitos segmentos populacionais e passou a exigir do trabalhador uma maior qualificação profissional, inclusive dos assistentes sociais, que para atuarem com essa demanda necessita ter um conhecimento sistematizado do paradigma apresentado, para traçar ações, programas, projetos e políticas efetivas no campo dos direitos sociais.

Na contemporaneidade, o assistente social, inserido nas organizações, deve ser dotado de conhecimento científico e sensível para propor ações, negociar com o corpo administrativo, explicitar seu papel, objetivos e finalidades dentro das instituições.

Nesse atual contexto,

Exige-se um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade. Alimentado por uma atitude investigativa, o exercício profissional cotidiano tem ampliadas as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho nesse momento de profundas alterações na vida em sociedade. O novo perfil que se busca construir é de um profissional [...] criativo e inventivo, [...], contribuindo, também, para moldar os rumos de sua história (IAMAMOTO, 1998, p.48).

É importante salientar que nem sempre os objetivos pessoais dos indivíduos coincidem com os da organização e sendo

assim, torna-se necessário buscar estratégias de negociação, o que implica em avanços e retrocessos. Os limites profissionais e institucionais podem ser superados utilizando estratégias por meio de planejamento, com a intencionalidade de descentralização, participação, interação do grupo visando objetivos comuns, e tudo isso considerando os indivíduos como seres ativos, que pensam, agem e tem seus projetos pessoais. Contudo, torna-se elemento fundamental da prática cotidiana o exercício de lidar com os limites e possibilidades, sejam eles, pessoais ou institucionais.

Um grande desafio posto pela profissão nos dias atuais é no que tange a perda de espaços profissionais, muitos deles por desconhecerem o verdadeiro significado e importância do Serviço Social, como uma das especificidades da área social. Muitas organizações vêm substituindo e contratando demais profissionais da área social por desconhecimento da proposta profissional do Serviço Social. Com base na análise de Faleiros (2001, p.19), é notável a falta de consistência teórica dentro da profissão que possa nortear e delinear o objeto e os objetivos do Serviço Social.

Assim, emergem novos desafios para a profissão concernentes a sua proposta interventiva, e por isso torna-se indispensável se apropriar da teoria do conhecimento, de métodos, técnicas e processos para atuar nas esferas micro e macro-sociais. No mais, vale destacar que é impossível conceber a prática dicotomizada da teoria, visto que elas se retroalimentam, e também em nenhum momento dissociar o sujeito do objeto e dos objetivos visados. O que se deve ter como prioridade, independente do espaço organizacional de atuação dos profissionais é a qualidade na prestação dos serviços sociais, o compromisso com a população usuária, atuação com vistas a garantir os direitos de cidadania e respeito ao Código de Ética Profissional. Não se pode esquecer nesse contexto capitalista, que o assistente social é um trabalhador assalariado como os demais e necessita vender sua força de trabalho ao mercado em troca de um salário para a sua sobrevivência.

Atualmente, no exercício da profissão pode-se verificar que as políticas públicas ainda agem na patologia e não na prevenção. Isso traz inúmeras inquietações ao Serviço Social que trabalha principalmente na esfera da execução das políticas e tem pouca representatividade no plano decisório.

Porém, as problemáticas apresentadas na atualidade exigem um profissional cada vez mais propositivo, polivalente e versátil, com conhecimento de informática, idiomas, dentre outros.

O momento presente desafia os assistentes sociais a se qualificarem para acompanhar, atualizar e explicar as particularidades da questão social nos níveis nacional, regional e municipal, diante das estratégias de descentralização das políticas públicas. Os assistentes sociais encontram-se em contato direto e cotidiano com as questões da saúde pública, da criança e do adolescente, da terceira idade, da violência, da habitação, da educação, etc., acompanhando as diferentes maneiras como essas questões são experimentadas pelos sujeitos (IAMAMOTO, 1998, p.41).

Portanto, compreender a prática do Serviço Social é situá-la na trama das relações sociais, situando seu objeto que é histórico, ou seja, a questão social, buscando decifrar os processos sociais em que são produzidas e reproduzidas e suas implicações para o tecido social. Não se pode perder de vista a dimensão política, educativa e técnica da profissão. Um dos grandes desafios dos profissionais é a ruptura com as práticas herdadas no decorrer da história que consistem em ações fragmentadas, focalizadas, paliativas e assistencialistas, e ainda se fazem presentes nos dias atuais.

No mais, vale ressaltar que o Serviço Social necessita da organização para operacionalizar seu trabalho, já que conforme lamamoto (1998, p.63) não detém meios técnicos, financeiros e humanos para a efetivação de seu trabalho autônomo, e por isso é a organização que legitima o processo de trabalho do qual participa o assistente social.

Historicamente, o Serviço Social esteve atrelado ao compromisso com melhores condições e qualidade de vida dos segmentos pauperizados e marginalizados da sociedade.

Por entender que o assistente social não trabalha isoladamente nas organizações em que atua e sim em equipe, onde este se constitui como uma especialidade no campo do saber, cabe aqui uma menção a proposta da interdisciplinaridade como alternativa de intervenção profissional.

Nas últimas décadas o Serviço Social avançou de forma expressiva no tange à produção do conhecimento, com a implantação da ABESS, que hoje é a ABEPSS, dos Programas de Pós-Graduação (mestrados e doutorados) espalhados por todo o país, uma revista que divulga a produção científica dos profissionais da área, a Serviço Social e Sociedade, dentre outros.

Vale destacar que o Serviço Social apropria-se do conhecimento das Ciências Sociais, como a Sociologia, a Política, a Antropologia, a Economia, dentre outras.

Com isso verifica-se que o Serviço Social vem ganhando espaço e busca legitimidade como área do conhecimento.

Conforme a análise de Rodrigues (1995, p.155), o Serviço Social tem contribuição na construção coletiva do conhecimento no conjunto das Ciências Sociais.

Para a mesma autora, o Serviço Social não é uma área que se constitui como produtora de conhecimento, sendo considerada como uma profissão da prática, atuando no enfrentamento da “questão social” nas esferas macro e micro-sociais.

É uma profissão vigorosa, combatente que, no plano “macro”, constantemente se confronta com o binômio “solidariedade e barbárie social” e que se confronta também, no cotidiano, com as necessidades e carências fundamentais do homem, não só na esfera do econômico e técnico, como também na do afetivo (RODRIGUES, 1995, p.154).

Ao abordar a questão da interdisciplinaridade vale destacar que o Serviço Social não é a única especialidade no campo social, e por isso interage com demais ramos do conhecimento.

A interdisciplinaridade, fenômeno atual, visto que começa a ser discutido na segunda metade do século XX, coloca em evidência e na pauta contemporânea a ruptura com o dogmatismo, com a hierarquização dos saberes, com o conhecimento unívoco e detentor da verdade. Busca um conhecimento integrado entre as diversas áreas do saber, de forma crítica, dialógica e reflexiva, considerando que nenhuma disciplina isolada pode dar respostas a uma situação colocada pela realidade.

Tal proposta tem sido considerada por muitos intelectuais como uma heresia, visto que até então alguns ramos do saber estavam fechados em si, fruto de uma tradição positivista, negando o diálogo e a convivência com o diferente.

Assim, tal proposta objetiva sair da endogenia científica, visando a desmistificação do conhecimento e de sua univocidade para dialogar no plano da alteridade e trabalhar numa perspectiva inovadora.

No mais, Rodrigues (1995, p.157) afirma que o Serviço Social é uma profissão interdisciplinar por excelência, uma vez que se apropria de conhecimentos diversificados para sua fundamentação teórico-prática, num constante movimento crítico da práxis cotidiana. Além disso, busca conhecimentos em outras áreas e assim constrói novos conhecimentos.

Mas antes mesmo da efetivação de práticas interdisciplinares, lança-se uma outra proposta, a transdisciplinaridade, que segue orientações similares as do trabalho interdisciplinar, mas pretende extrapolar as barreiras da interdisciplinaridade.

Rodrigues (2000, p.125) compreende a proposta transdisciplinar como um movimento que se estabelece “entre”, “através” e para “além” das disciplinas. No entanto a interdisciplinaridade não tem a intencionalidade de unir conhecimentos, apenas haver a parceria e a mediação de conhecimentos.

Em suma, a transdisciplinaridade visa o diálogo entre as diversas áreas do saber, sem hierarquização, com o intuito de ultrapassar as fronteiras das disciplinas, além de permitir uma formação e qualificação diversificada, sem eliminar a diversidade, a dúvida e as incertezas.

Vale salientar que a transdisciplinaridade encontra fundamentação na teoria da Complexidade de Edgar Morin.

Diante de tais mudanças paradigmáticas que vem ocorrendo no cenário mundial e especificamente o brasileiro, urge ao Serviço Social novos desafios e ações que dêem respostas

satisfatórias à parcela demandatária da política de assistência social. Além disso, o profissional precisa conhecer seus limites e possibilidades para atuar nas organizações e ganhar espaços legítimos para sua prática cotidiana. *

Com isso, percebe-se que,

O Serviço Social, por si mesmo, possui elementos que se constituem em pontos de partida, em processos e em resultados de ações coletivas diversificadas, que precisam ser conhecidos e explorados, não como um objeto – ingenuamente representado como homogêneo -, como uma “missão” qualquer a ser cumprida, mas como uma possibilidade real de intervenção para gerar mudanças sociais (GENTILLI, 2001, p.72).

Entretanto, o assistente social deve trabalhar na perspectiva da emancipação do homem, assegurando seus direitos de cidadania. e não aprisioná-los numa relação de saber e poder, que venha a resultar num sistema de dominação⁶.

Para isso, o profissional deve estar comprometido com uma prática transdisciplinar, em que se predomina a inclusão social e o acesso da sociedade aos bens e serviços produzidos coletivamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em resumo, o trabalho de todos profissionais, inclusive o do Serviço Social deve ser constantemente permeado, como se tentou demonstrar acima, por um conhecimento dialógico, reflexivo e crítico.

A participação na vida social por meio do diálogo é de suma importância no que concerne à expansão do conhecimento. Com o diálogo, pode-se entender a lógica alheia e com isso agregar, aprimorar ou mesmo mudar a idéia fixa diante algo. E com isso, facilitar a negociação e a mediação no ambiente de trabalho.

⁶ Dominação aqui é entendida na perspectiva weberiana, como uma “situação em que uma vontade manifesta (mandado) do “dominador” ou dos “dominadores” quer influenciar as ações de outras pessoas (do “dominado” ou dos “dominados”), e de fato as influencia de tal modo que estas ações [...] se realizam como se os dominados tivessem feito do próprio conteúdo do mandado a máxima de suas ações (“obediência)” (2000, p.191, vol.2).

É de grande estima que o Assistente Social assuma pela emancipação do sujeito, valorizando-o e o considerando como agente ativo. As decisões devem ser defendidas por meio de algo que foi refletido e acordado por todos os envolvidos. *

Assim, após uma análise estrutural, conjuntural e situacional em um processo histórico e teórico, há a socialização do conhecimento e a noção de limites permite a construção das possibilidades. Em outras palavras, de acordo com Faleiros (1997) o objeto se constrói historicamente no real e o Serviço Social deve perpassá-lo, a fim de instrumentalizar o sujeito, fazendo assim sua desconstrução, a transformação deste por si mesmo e posteriormente sua reconstrução.

REFERÊNCIAS

- CAVALCANTI, S.A.U. Reforma do Estado e Políticas Sociais no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n.68, p.34-53, 2001.
- FALEIROS, V.P. **Estratégias em Serviço Social**. 1.ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- FALEIROS, V.P. **Saber profissional e poder institucional**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- GENTILLI, R.M.L. Padrões de profissionalidade da prática do Serviço Social. **Debates Sociais**, n.59. Ano XXXVI, Prêmio CBCISS "Araxá 30 anos" CBCISS. Rio de Janeiro, 2001.
- IAMAMOTO, M.V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- IAMAMOTO, M.V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1992.
- IAMAMOTO, M.V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 13.ed. São Paulo, Cortez, 2000.
- MARTINELLI, M.L. **Serviço Social: identidade e alienação**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MOTTA, F.C.P.; PEREIRA, L.C.B. **Introdução à Organização Burocrática**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

NETTO, J.P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PAIVA, B.A.; ROCHA, P.E. O financiamento da política de assistência social em perspectiva. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n.68 p.83-110, 2001.

RODRIGUES, M.L. Caminhos da transdisciplinaridade: fugindo às injunções lineares. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, Ano XXI, n.64, p.124-134, 2000.

RODRIGUES, M.L. O Serviço Social e a perspectiva interdisciplinar. In: MARTINELLI, M.L. (Orgs.). **O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. São Paulo: Cortez, 1995, p.152-158.

RODRIGUES, M.L. Prática Profissional: reinventado o espaço da microatuação. **Revista Serviço Social e Realidade**, Franca: UNESP, v.6, n.1, p.91-104, 1997-1998.

SILVA, M.L.L. Cidadania, Globalização e Previdência Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n.68, 2001, p.5-16.

SILVA, M.O.S. (Coord.). **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. São Paulo: Cortez, 1995.

SPOSATI, A. Desafios para fazer avançar a política de Assistência Social no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n.68, p.54-82, 2001.

TEIXEIRA, F.J.S.; OLIVEIRA, M.A. (Orgs.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1996.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**. 4.ed. Brasília: Editora UNB, v.2, 2000.

SOCIODRAMAS COM AS FAMÍLIAS E OS ADOLESCENTES AUTORES DE ATO INFRACIONAL: INTERVENÇÃO E PESQUISA

Maria Lúcia RODRIGUES¹
Fátima Cristina Costa FONTES²

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar a experiência da psicóloga, psicodramatista e Psicóloga Social Fatima Fontes, no trabalho com as famílias de adolescentes em conflito com a lei, cumprindo a medida Sócio- Educativa da Liberdade Assistida, nas cidades de Sorocaba e na Zona Norte de São Paulo, bem como mostrar, de forma resumida e esquemática alguns dos resultados de sua pesquisa de dissertação de Mestrado na PUC SP, sobre "A força do afeto na família: uma possibilidade de interrupção da prática infracional dos adolescentes em Liberdade Assistida". Os resultados desta intervenção psicossocial e os dados da pesquisa acima referida, vêm confirmando ser esse um valioso e

¹ Pesquisadora do NEMESS – Núcleo de Estudos e Pesquisa em Metodologias do Serviço Social PUC/SP, Pesquisadora do NCA - Núcleo de Estudos e pesquisa da Criança e do adolescente PUC/SP; Coordenadora dos Programas de Atendimento às Famílias de Adolescentes em Liberdade Assistida da AEBVB. E-mail: <nemess@pucsp.br>.

² Psicóloga, Psicodramatista Supervisora-Didata, Terapeuta Familiar, Mestre em Psicologia Social PUC/SP, Doutoranda em Serviço Social PUC/SP. E-mail: <fatima@pobox.com>.

efetivo recurso , na possibilidade de alterar o curso da trajetória infracional, já iniciada por esses adolescentes.

Palavras-chave: afetos, famílias, adolescentes, intervenção psicossocial, prevenção primária.

INTRODUÇÃO

Esta intervenção Psicossocial, intitulada: “Sociodramas com as Famílias e os adolescentes autores de ato infracional em Liberdade Assistida”, se iniciou por um convite feito pela organização: AEVB – Associação Educacional e Beneficente Vale da Bênção, sediada em Araçariguama, São Paulo, a mim, como Psicóloga, prestadora de serviço, autônoma. Esta organização vem contribuindo desde 1993, com o projeto de abrigo a crianças e adolescentes em situação de risco e abandono, e desde agosto de 2000, na execução do Projeto de Liberdade Assistida, em parceria com a FEBEM.

O Projeto de execução da Medida Sócio – Educativa da Liberdade Assistida, em parceria da FEBEM (órgão responsável pela execução) com outras Organizações, baseia-se no texto Constitucional e no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA , que considera o adolescente autor de ato infracional até 18 anos, inimputável, ou seja, em condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, não condenável, mas, sujeito às medidas sócio – educativas impostas pelo Poder Judiciário.

Conforme previsto no ECA – art. 112 , as medidas sócio – educativas , são instrumentos de que dispõe o Poder Judiciário, na busca de superação do envolvimento em ato infracional, pelo adolescente.

Sendo assim, reza este artigo, que as mediadas sócio – educativas de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviço à Comunidade, devem desenvolver-se através de Programas de Atendimentos, necessários à eficácia de sua proposta legal.

Este Projeto de Atendimento, portanto está voltado ao disposto no art. 88 do ECA, que trata da reinserção do adolescente na comunidade de origem, trabalhando as peculiaridades do indivíduo, grupo familiar e social, onde está inserido.

Cabe ressaltar ainda que, quando do convite feito, para participar desse projeto de atendimento às Famílias, os dirigentes da organização AEVB, solicitaram que se operacionalizasse uma proposta de trabalho anteriormente feita por outra Psicóloga, que por problemas pessoais, não pudera permanecer no projeto, sendo a proposta anterior composta da realização Palestras só para os pais, sem os filhos, e do encaminhamento para atendimento, em consultório, das famílias mais problemáticas.

A este convite específico disse não, pois não compreendia ser essa, uma ação eficaz, nem própria para as questões presentes no atendimento a essas famílias. Acreditava ser necessário uma intervenção Psicossocial e não Clínica, com essas famílias.

Elaborei e submeti à avaliação da Organização, um Projeto de Atendimento Psicossocial às Famílias e aos adolescentes autores de ato infracional em Liberdade Assistida, intitulado : “Sociodramas Tematizados para as Famílias e os Adolescentes autores de ato infracional em Liberdade Assistida”.

Na medida em que esse projeto foi aceito e iniciou-se sua execução, primeiramente na cidade de Sorocaba, São Paulo (de março de 2001 a julho de 2003) e posteriormente no bairro de Vila Nova Cachoeirinha, Zona Norte da cidade de São Paulo (de agosto de 2002 a fevereiro de 2003) era visível e expressa, a realidade propiciadora de transformação relacional, mediada pela ação dos Sociodramas. Diante de tal constatação, surgiu o desejo de pesquisar.

As perguntas que inicialmente guiavam esse desejo eram: o que acontecia nessas relações a ponto de promover tantas mudanças? Como entender e explicar o que ocorria e se alterava nesses laços familiares? E essas mudanças trariam para essas famílias uma possibilidade delas serem protetivas para esses adolescentes? E isso poderia alterar a continuidade da carreira infracional dos seus filhos adolescentes em conflito com a lei?

Já pertencendo ao Programa de Estudos Pós Graduaos em Psicologia Social da PUC/SP, e agregando novas possibilidades, o pesquisar foi se delineando e especificando assim, o campo da pesquisa em que se basearia conceitual e teoricamente e o como pesquisar.

Estabeleceu-se assim, como objetivo geral da pesquisa, o estudo da força do afeto nas famílias, como uma possibilidade de interromper a prática infracional, já iniciada por seus filhos adolescentes, que cumpriam a medida sócio-educativa da Liberdade Assistida.

UMA PROPOSTA PSICOSSOCIAL QUE POTENCIALIZE OS AFETOS NAS FAMÍLIAS

Pensar e propor uma análise das relações familiares de adolescentes em conflito com a lei, foi meu desafio de Mestrado. Seguramente o caminho percorrido para isso, precisará de uma leitura completa do texto dissertativo³, que desejo transformar em livro. Porém, gostaria de destacar alguns dos conceitos ali contidos. Início com a noção de afeto, criada pelo filósofo judeu, proscrito, do século XVII : Benedictus Espinosa. Tecerei, primeiramente, algumas palavras sobre este autor.

Espinosa (1632-1667), nascido na Holanda, filho de pais portugueses sefaradis, refugiados da diáspora portuguesa na Holanda, em seus curtos 35 anos de vida, prescreveu o Estado Democrático Ideal, marcado pelo lema da “liberdade de se pensar o que se queira e se dizer o que se pensa” e pela separação prática do Estado e da religião, além de propor que tal Estado promovesse o bem-estar dos cidadãos e harmonia do governo. (DAMÁSIO, 2004)

Tratava-se de uma revolucionária profecia(em pleno século XVII) da luta que se travaria no século XX, pelo “welfare State”, do pós Segunda Guerra Mundial, obviamente nos lugares em que ocorreu esta posição do Estado, e infelizmente não foi o caso do Brasil. Esta proposta de um Estado legislador e executor de políticas do bem-estar-social, encontra-se hoje massacrada mundialmente, pelo neoliberalismo, que propõe um Estado mínimo, que tende a se tornar um mero agenciador dos interesses do capital, em detrimento do bem-estar de toda a população, sobretudo daqueles postos à margem da sociedade, por este sistema perverso e injusto de apartação dos

³ Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, PUC/SP, em 12 de março de 2004, intitulada: " A Força do afeto na Família: uma possibilidade de interrupção da prática infracional de adolescentes em Liberdade Assistida".

que não “podem consumir”, até porque pertencem ao “exército industrial de reserva”, sem acesso ao capital.

Não foi por pouco, portanto, que um homem com essa mentalidade, em pleno século XVII, foi expulso da Sinagoga aos 24 anos, foi enterrado numa Igreja Protestante, a Igreja Nova, na cidade de Haia, na Holanda e teve seu corpo “roubado” do túmulo, poucas horas após seu enterro! Fato este jamais esclarecido, talvez nos ajude um pouco a entender este mistério, a epígrafe de seu túmulo, colocada logo abaixo do seu nome: “CAUTE”, que traduzido significa cuidado.

Apresentado o autor, compartilho suas idéias sobre os afetos: Espinosa(1973) preconizou e propôs que o poder dos afetos é tão grande que a única possibilidade de se triunfar sobre um afeto negativo, a qual ele intitulava de “paixão irracional”, seria requerendo um afeto positivo ainda mais forte, desencadeado pela razão. Trata-se portanto de um panorama de *emoções guiadas pela razão* e portanto nem guiadas por uma razão pura, nem por uma emoção sem razão!(DELEUSE, 1970)

Quando proponho uma intervenção psicossocial que facilite um desencadear de um afeto, não me reporto ao afeto ingênuo, de beijos e abraços somente, de água com açúcar, às vezes chamado de “afetividade da hiena”, que ri e não sabe do quê, mas aproximo-me da proposta da professora Bader Sawaia(2003) para quem os afetos são espaços da vivência da ética, potencializam o agir em prol da necessidade de liberdade.

Explicita então Espinosa(1973) as seguintes noções acerca do afeto:

- Afetos são os estados físicos do corpo pelos quais a potência de agir deste mesmo corpo é aumentada ou diminuída, favorecida ou impedida a partir dos encontros interpessoais.
- Espinosa reconheceu três tipos de afetos primários: a alegria, a tristeza e o desejo e outros se acrescentam como desdobramento desses: amor, ódio, esperança, medo, estima, desestima, gratidão, etc.

Também tomei para minhas análises, alguns dos estudos criados por Lev Vigotski (1896-1933), sobre os afetos (também ele,

bebeu da fonte de Espinosa), sendo ele, um Psicólogo russo, também judeu, considerado como um cientista revolucionário, que morreu precocemente, aos 37 anos, e que teve suas obras condenadas na União Soviética por cerca de 30 anos. Destaco aqui, três de suas proposições nesta temática:

- Os afetos têm uma base fisiológica, integram-se à linguagem e ao pensamento, são um fenômeno privado, mas cuja gênese e conseqüências são sociais (Vigotski, 1999)
- Os afetos são construídos historicamente e se alteram em meios ideológicos e psicológicos distintos. (Vigotski, 1999)
- Os afetos podem ser alterados, caso as conexões iniciais que os produziram se modifiquem. (Vigotski, 1999)

Utilizando-me de toda esta conceituação acerca dos afetos, proponho então, para as famílias que tem seus filhos em conflito com a lei, assim como também para os próprios adolescentes, uma intervenção psicossocial Sociodramática, que possa potencializar seus afetos positivos a partir dos bons encontros, e das novas conexões afetivas.

Uma proposta psicossocial que legitima e respeita a condição da família empobrecida em contexto de infração

Apresentar esta proposta interventiva, prescinde que se explicito os vários ângulos pelos quais percebo e contextualizo esta família de quem me proponho a cuidar e pesquisar, e o farei de uma forma esquemática. Enfoco a família pelo ângulo da:

- Família desnaturalizada, inserida na cultura e historicamente construída.
- Família, como locus do homem para “tornar-se homem” a partir dos pilares: biológicos, capacidade auto-definidora e consciência de ações.

- Família, entendida em sua práxis ético-política.
- Família, como a grande mediadora entre os indivíduos e a sociedade.
- Família e sua importância para adolescentes brasileiros autores ou não de atos infracionais (várias pesquisas assim atestam).
- Família: envolvida em questões de justiça e políticas públicas.

Ampliarei um pouco as questões de justiça e políticas públicas. É importante que se ressalte o fato de que nos últimos anos, temos assistido a um certo “familismo”, ou seja ao uso da família como uma estratégia para o desenvolvimento e a eficácia de políticas sociais. Muito se tem debatido sobre os riscos e equívocos presentes em tal proposta, uma vez que sobre a família incidirão responsabilidades, que muitas vezes, ela será incapaz de atender, devido às suas necessidades e precárias condições de organização e recursos. Frente a isto, mais uma vez, ela tenderá a ser “culpabilizada” por todos os fracassos nos programas sociais aos quais esteja vinculada.

Importante também se torna apresentar alguns elementos acerca da família empobrecida, que tem seu filho adolescente em conflito com a lei: ela vem sendo culpabilizada ao longo dos códigos de menores, e até hoje ainda é muito humilhada e desrespeitada, em alguns contextos de Justiça, por alguns operadores da lei (SILVA, 2000).

Apresenta-se vulnerável e fragilizada, como nos apresentam várias pesquisas (ASSIS,1999; FONTES, 2004) acerca do perfil desta família:

- Eram famílias fragilizadas inicialmente pela pobreza e exclusão social a que estavam expostas, o mais das vezes isoladas do amparo social construtivo e do mundo, que existia para além dos domínios dos sem posse.
- Eram famílias fragilizadas pelas seqüelas emocionais e financeiras fruto de separações dos pais, às vezes pela ausência da mãe no lar, com algumas apresentando

sinais de instabilidade emocional, nos cuidados com os filhos (causa de agressões físicas e emocionais).

- Eram famílias pródigas em históricos familiares de doenças e dependências às drogas e ao álcool.
- Eram famílias que contavam em seus históricos, com freqüentes envolvimento dos membros das famílias em atos infracionais.
- Eram famílias fragilizadas, também, pelo histórico familiar de violência sofrida, em que se incluía: suicídios, irmãos carbonizados, acidentes de carro, espancamentos e assassinatos.

Porém, também é visível há alguns anos, o fato destas famílias estarem criando espaços políticos de cidadania e direito, em associações, aonde buscam a partir e em meio a todos os seus dramas vividos, se fortalecerem como “sujeitos de direito”, com uma consciência política de sua situação e do caminho grupal da dignidade e conquista relacional. Exemplos destes movimentos são, a AMAR - Associação de Mães e a Amigos de Crianças e Adolescentes em Risco(SP – capital) e APAR- Associação dos Pais e Amigos dos Adolescentes em Risco, de São José do Rio Preto, além de outras pelo Brasil.

Apresentando a proposta Psicossocial para famílias com filhos em contexto de infração

É mais que evidente para todos os que estão envolvidos nos cuidados com o adolescente em conflito com a Lei, que não é possível focar a atenção somente sobre ele. Ele *vem de e retorna*, após a situação infracional, *para a família*.

Esta família, que muitas vezes não sabia como lidar com suas dificuldades, se encontra ainda mais atônita, confusa e desorientada, após ter um de seus filhos envolvido com a infração e em situação de medida judicial, seja ela de meio aberto ou fechado.

Tanto para a sociedade como para a própria família, parece ser bem difícil reconhecer no adolescente “ infrator “ um cidadão.

Apresentando a conexão intervenção psicossocial/pesquisa de Mestrado em Psicologia Social

Gostaria de compartilhar, ainda que de forma sintética e esquemática, alguns dos resultados obtidos a partir das análises feitas na pesquisa de Mestrado (FONTES,2004), tendo por base a participação efetiva desses familiares e seus filhos na intervenção Psicossocial acima descrita e a histórias de vida de duas famílias⁴ e seus dois filhos autores de ato infracional, aqui renomeados de João, de 18 anos (ato infracional: assalto à mão armada para pegar dinheiro e comprar drogas) , tendo permanecido internado por 18 meses numa Unidade de Internação da FEBEM/SP e Joana, 17 anos (ato infracional: “aviãozinho” no tráfico e usuária de drogas) , ficou somente alguns dias em Unidades de Triagem, da FEBEM/SP, que cumpriam a medida Sócio-Educativa da Liberdade Assistida. Reforço o fato de que ambos adolescentes eram usuários de drogas, quando iniciaram o cumprimento das medidas sócio-educativas.

Foram delimitados cinco eixos de análise, na pesquisa proposta e foram esses alguns dos resultados verificados:

1) *A história de vida das famílias acompanhou a experiência dos afetos nessas famílias?*

Repetiram-se ao longo das gerações:

- os padrões de afetos de dor e padecimento;
- envolvimento com as drogas e a infração;
- afetos reforçadores da capacidade de enfrentamento: solidariedade, amor e estima.

O afeto de tristeza foi proposto como uma psicogênese para infração, visto que este era o afeto recorrente na história de vida transgeracional dessas famílias, além do fato de que a tristeza vivida por esses adolescentes, ao “baixar a potência de ação” deles, deixava-os à mercê de caminhos que de uma maneira “rápida” lhes devolvessem uma sensação de bem-estar, de prazer, de potência,

⁴ Apesar de ser um grupo de multifamílias, para efeito da pesquisa, foram enfocadas somente duas dessas famílias e seus adolescentes, em cumprimento da medida sócio-educativa da Liberdade Assistida.

como aquela oferecida pelas drogas ou pelo “consumo” de bens que os “potencializava como consumidores (de drogas) ou como compradores”. Indubitavelmente, *a carreira “rápida” e muitas vezes “única”* (os enfocados nesta pesquisa pertenciam aos estratos pobres da sociedade) oferecida a eles para atingir seus “prazeres potencializadores” *era e é a carreira infracional*, estando o mais das vezes, esta, associada ao tráfico de drogas.

2) *Os diferentes afetos experimentados nas famílias apresentaram-se de forma conectada e construída com seu cotidiano?*

- evidenciaram-se os difíceis e dolorosos cenários vividos que serviam de moldura para a construção dos afetos de tristeza que impregnavam o cotidiano dessas famílias;
- as paisagens (físicas e interiores) eram pautadas pelo desrespeito à condição cidadã;
- evidenciou-se o sofrido cotidiano da internação de João e seus terríveis desdobramentos em sua psiquê, interrelações e relacionamento familiar;
- porém, também apareceram as sementes amorosas do relacionamento dos avós de Joana: que parecem ter lhe servido como uma possibilidade transformadora.

3) *As percepções sociais vividas em família e pela família se apresentaram alteradas a partir da realidade infracional?*

Foram expressas percepções abarrotadas de tristeza, indignação e desespero que se desdobraram em:

- Aumento da desestima de si e da insegurança;
- Revolta, tristeza e desconfiança.

Porém, também verificou-se uma semente de alegria no: papel de pai de João(teve um filho, ao final da medida) e no papel de mãe de Joana (já tinha dois filhos de dois relacionamentos).

4) *Novas conexões afetivas puderam ser estabelecidas nas famílias quando houve instrumentação para isso?*

Na medida em que se buscou mecanismos para cuidar desses adolescentes da maneira o mais digna possível é que foram criados os dispositivos legais das medidas sócio-educativas em meio aberto. Desde sua criação, esses programas buscaram garantir aspectos de proteção, inserção comunitária, escolar, profissionalizante, *incluindo claramente o cuidado com as famílias*.

Torna-se então de máxima urgência que se criem espaços para esse cuidado às famílias. Segundo J.L. Moreno, criador do Psicodrama (Campo de intervenção Psicossocial), o homem, se auxiliado em seu processo criador, pode tornar-se o maior agente terapêutico do outro homem, e para instrumentar essa ação ele desenvolveu uma metodologia própria. Nomeou essas ações de Psicodrama, para intervenções mais focadas nos indivíduos e Sociodramas para as intervenções focadas nos relacionamentos interpessoais.

Com base na Metodologia Sociodramática, desenvolvi um método para cuidar e auxiliar essas famílias em situação de extrema fragilidade a desempenharem seus papéis familiares da maneira mais funcional possível, a fim de descobrirem todo o seu potencial para encontrar as “saídas” para suas dificuldades.

Como meio de potencializar os bons afetos entre as famílias e seus filhos autores de ato infracional, a partir de novas conexões afetivas, proponho uma intervenção psicossocial com multifamílias, calcada na Teoria e Metodologia Psicodramática, intitulada de Sociodramas Tematizados. Sociodramas são sessões abertas de Psicodrama, focadas nas relações sociais, intergrupais.

Em cada encontro Sociodramático ocorrem três etapas: o aquecimento; a dramatização e os comentários, e o encontro todo tem duração de aproximadamente 2 horas.

São propostos, inicialmente ciclos de seis encontros (em média o tempo da medida sócio-educativa da Liberdade Assistida), e os seis temas propostos e seus objetivos são:

- *A família que somos, a família que desejamos ser.*

Objetivo: Auxiliar as famílias no processo de “desidealização” de suas interrelações.

- *A família produzindo afeto e respeito.*

Objetivo: Auxiliar as famílias em seu processo de serem produtoras de afeto e respeito em seus vínculos.

- *A família que cuida, estabelecendo limites.*

Objetivo: Auxiliar as famílias na árdua tarefa de estabelecer os limites.

- *A família que cuida, aceitando as diferenças.*

Objetivo: Auxiliar as famílias na questão do respeito, aceitação e valorização das individualidades em sua experiência interrelacional.

- *A família que cuida, aprendendo com as outras famílias.*

Objetivo: Auxiliar as famílias na percepção de seu próprio potencial de recursos de enfrentamento de suas dificuldades.

- *A família que cuida, ensinando valores que edificam.*

Objetivo: Instrumentar as famílias a que possam ter elementos para fazer uma crítica aos atuais valores que circundam as famílias, e que se possa refletir sobre valores éticos que edificam as relações.

Tem sido possível perceber, com cada ciclo desses Sociodramas, a partir das falas dos pais e dos depoimentos dos adolescentes, tanto nos encontros grupais, quanto em seus atendimentos individualizados, o quanto esses pais e esses adolescentes saem mais sensibilizados e mais conscientes de sua complementaridade nas relações familiares: sobretudo de que precisarão participar ativamente, caso desejem alguma melhoria nessas dinâmicas relacionais e também evidenciam alguns recursos afetivos desenvolvidos, para suas lides cotidianas.

Conclui a partir disto, que a rede de afeto na família e o afetuosos e cuidadoso esforço dos cuidadores, apresentam-se como possibilidades de auxílio a essas famílias, no seu anseio de interrupção da prática infracional já iniciada por seus filhos adolescentes.

Na vida de João:

- Evidenciou-se uma ampliação perceptual da situação da dependência da droga e do seu contexto familiar.
- Melhoria de seu tônus vital.

Na vida de Joana:

- Demonstrou estar percebendo os riscos e podendo fazer novas e melhores escolhas.
- Apresentou melhoria de seu tônus vital.

Na vida dos irmãos:

- Nenhuma evidência de mudanças.

Na vida dos pais:

- Pouca evidência de mudanças.
- Mãe de Joana⁵: mais expressiva e colocando limites.
- Mãe de João: mais revoltada.
- Pai de João: ausente do processo(ele era motorista de taxi e não pode participar da intervenção Psicossocial).

5) Essas novas conexões afetivas mostraram-se como uma possibilidade de interrupção da prática infracional dos adolescentes?

Os resultados confirmaram a força do afeto na gênese, interrupção ou continuidade da prática infracional.

- *Na vida de Joana* verificou-se a interrupção da prática infracional.

As mudanças apresentadas foram facilitadas pelas novas conexões afetivas e pelo envolvimento familiar na intervenção psicossocial. Conseguiu uma colocação no mercado de trabalho e se casou (iam morar juntos) com o pai de seu segundo filho, de oito meses.

⁵ O pai de Joana já era separado há mais de 10 anos da família, e não aceitou o convite para participar da intervenção Psicossocial.

- *Na vida de João* observou-se o prosseguimento da prática infracional.

E levantaram-se, em relação a ele, algumas questões que se colocam para além das novas conexões afetivas e sua provável influência nos resultados verificados: a interferência da ausência da ação limitadora do pai, da ausência de afetividade da mãe; a continuidade de sua adição à drogas psicoativas e sobretudo o impacto negativo e *despotencializador* em sua vida da *danosa situação (em todos os níveis: afetivo, físico e social) de sua internação na FEBEM.*

Com estes resultados, pode-se perceber tanto a força dos afetos nestas famílias, como uma possibilidade de interromper a prática infracional de seus Adolescentes em conflito com a lei, desde que essas famílias e seus filhos sejam auxiliados a realizarem novas e eficazes conexões sócio-afetivas; quanto a fragilidade psico- sócio-política às quais todos eles estão expostos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tanto este artigo, quanto a pesquisa realizada, conclamamos a todos a que nos comprometamos com uma ampliação da percepção acerca das famílias que têm filhos em conflito com a lei, no sentido que se possa compreender que elas precisam ser protegidas para protegerem, através, sobretudo, de mecanismos de ampliação das políticas sociais e intervenções psicossociais que viabilizem essa proteção. Especificando um pouco o espectro das políticas sociais, uma vez que já foi descrita neste artigo uma proposta de intervenção psicossocial, tem-se o chamado a que se alarguem a prestação de serviços, para essas famílias e seus adolescentes :

- *Na área da Saúde Mental.*
- *Nos mecanismos de amparo e proteção social.*
- *Na ampliação, efetivação e divulgação da rede social.*
- *Na criação de reais oportunidades de inserção no Mercado de Trabalho.*

- Na disseminação de uma cultura respeitosa entre as diferentes formas de se ser família, em qualquer condição e camada social a que se pertença.

Com todos estes elementos dispostos será possível percorrer uma trajetória rumo à prevenção da criminalidade, a partir de seus mecanismos preventivos primários, ou seja: a partir dos cuidados com a família, como nos assevera García- Pablos de Molina (1993), ao tratar da proposta de se atuar na causa etiológica da situação infracional, marca da filosofia dos programas de prevenção “primária”, para quem tais programas devem se orientar no sentido de ir à raiz do conflito criminal para neutralizá-lo, antes que se manifeste, incluindo para isso, todos os processos socializadores, dos quais a família se mostra como um dos âmbitos essenciais, para que se dote os cidadãos de uma “capacidade social para superar de forma produtiva eventuais conflitos”(op.cit.,p.307).

REFERÊNCIAS

ASSIS, S. G. **Traçando Caminhos em uma Sociedade violenta**: a vida de jovens infratores e de seus irmãos não infratores. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

DAMÁSIO, A. **Em Busca de Espinosa**: prazer e dor na ciência dos sentimentos. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

DELEUSE, G. **Espinosa e os Signos**. Porto: RÉ S Editora Ltda., 1970.

ESPINOSA, B. **Pensamento Metafísico, Tratado de correção do Intelecto, Ética, Tratado Político, Correspondência**. São Paulo: Editora Abril, 1973.

FONTES, F.C.C. **A Força do afeto na Família: uma possibilidade de interrupção da prática infracional de Adolescentes em Liberdade Assistida**. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social, PUC/SP, 2004.

GARCÍA-PABLOS DE MOLINA, A. **Criminologia**: introdução a seus fundamentos. 2.ed. ver. atual. e ampl., São Paulo: Editora dos Tribunais, 1997.

SHUTZEMBERGER, A. A. **Meus antepassados**: vínculos transgeracionais, segredos de família, síndrome de aniversário e prática do genossociograma. São Paulo: Paulus, 1997.

SILVA, R. 300 anos de Construção de políticas Públicas para Crianças e Adolescentes. **Revista Brasileira de Ciências criminais**, São Paulo, a.8, n.30, p.115-125. 2000.

SAWAIA, B.B. Família e Afetividade: a configuração de uma práxis Ético-política, perigos e oportunidades. In: ACOSTA, A.R.; VITALE, M.A.F. (Orgs.). **Família**: Redes, Laços e Políticas Públicas, São Paulo: IEE/PUCSP, p.39-50., 2003.

VIGOTSKI, L.S. **Teoria e Método em Psicologia**. 2.ed., São Paulo: Martins Fontes, 1999. VIGOTSKI, L.S. **Teoria e Método em Psicologia**. 2.ed., São Paulo: Martins Fontes, 1999.

INSTRUÇÕES AOS AUTORES PARA AS PRÓXIMAS PUBLICAÇÕES

A revista *Cadernos de Serviço Social* da Faculdade de Serviço Social/PUC-Campinas periódico semestral, é distribuída para as Universidades e regiões do país. Aceita trabalhos na área de: Serviço Social, Políticas Públicas, Ciências Humanas, Educação e outras áreas afins, com enfoque em práticas sociais.

Os trabalhos deverão ser digitados no programa Word 6.0 ou 7.0 for Windows, com espaço 1,5 e letra arial tamanho 10, margens esquerda 3 cm e demais 2,0 cm, disquete 3 1/2.

- Encaminhar disquete e duas cópias em papel.
- Os trabalhos deverão conter resumo, abstract, palavras-chave e key words.
- Texto contendo aproximadamente até 25 páginas.
- Enviar, em folha avulsa, nome completo, endereço, e-mail, título do trabalho e instituição de origem para contatos posteriores.
- Ao título do trabalho deverá seguir o nome do autor/autores e em nota de rodapé devem constar instituição à qual o autor é vinculado bem como demais dados referentes ao artigo.

Tabelas, quadros e legendas deverão vir referidos no texto.

A bibliografia deve seguir as normas da NBR 6023: 2000 da ABNT.

Cabe ao Conselho Editorial propor alterações necessárias para a sua publicação, aos artigos não selecionados os autores serão informados.

•

Os trabalhos deverão ser enviados para:

Prof^a. Sandra Corrêa Forster Joanini

Coordenadora do Conselho Editorial

Faculdade de Serviço Social

Rodovia Dom Pedro I, km 136 - Parque das Universidades

Campinas - SP

CEP 13086-900

E-mail: fss@puc-campinas.edu.br

Fone/Fax (0xx19) 3756-7019

CADERNOS DE SERVIÇO SOCIAL
Nº 28 - PUC-Campinas - JANEIRO/JUNHO 2006

Os textos apresentados nesta publicação são de inteira responsabilidade dos autores, e nenhuma arte desta obra pode ser reproduzida sem autorização Expressa dos autores

CADERNOS DE SERVIÇO SOCIAL é uma edição semestral
Faculdade de Serviço Social - PUC-Campinas
Rodovia Dom Pedro I, km 136
Parque das Universidades - Campinas - SP
CEP 13086-900
Caixa Postal nº 317 - CEP 13012-970
E-mail: fss@puc-campinas.edu.br
Telefone (019) 3756-7079 FAX: (019) 3756-7019

Editoração: TOQUE FINAL - Editoração Eletrônica
R. Dr. Mário Mazzottini, 411 - Jd. Estoril - Campinas - SP - Tel. (19) 3276-0298
E-mail: n.marcola@terra.com.br

Impressão: Gráfica e Editora Flamboyant Ltda.
R. Dr. João Quirino Nascimento, 493 - Campinas - SP - Tel. Fax (19) 3252-6835
E-mail: flamboyant@dglnet.com.br
